



Número: **0003832-43.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 8ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **22/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JAILSON DE ARRUDA (AUTOR)	ROMICEDES SILVESTRE TOME (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)	RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
40270364	22/01/2019 17:06	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
40270736	22/01/2019 17:06	<a href="#">procuração Jailson de Arruda</a>	Procuração
40270805	22/01/2019 17:06	<a href="#">Contrato Jailson de Arruda</a>	Procuração
40270877	22/01/2019 17:06	<a href="#">Identidade Jailson de Arruda</a>	Documento de Identificação
40270927	22/01/2019 17:06	<a href="#">comprovante de residencia Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271024	22/01/2019 17:06	<a href="#">boletim de ocorrência Jailson de Arruda</a>	Documento de Comprovação
40271168	22/01/2019 17:06	<a href="#">atestado médico hapvida Jailson de Arruda_1</a>	Outros (Documento)
40271249	22/01/2019 17:06	<a href="#">atestado médico hosp. espinheiro Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271330	22/01/2019 17:06	<a href="#">diagnóstico articulação tibio Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271484	22/01/2019 17:06	<a href="#">diagnóstico articulações escapulo Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271511	22/01/2019 17:06	<a href="#">diagnóstico cotovelo esquerdo Jailson de Arruda_1</a>	Outros (Documento)
40271561	22/01/2019 17:06	<a href="#">diagnóstico mão esquerda Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271600	22/01/2019 17:06	<a href="#">diagnóstico perna direita Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271634	22/01/2019 17:06	<a href="#">diagnóstico punho esquerdo Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271683	22/01/2019 17:06	<a href="#">Exame articulações Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271736	22/01/2019 17:06	<a href="#">receituário medico hosp. espinheiro Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271782	22/01/2019 17:06	<a href="#">resultado de exames Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271839	22/01/2019 17:06	<a href="#">ultra som hosp. espinheiro Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)

40271 914	22/01/2019 17:06	<a href="#">Certidão dos bombeiros Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40271 977	22/01/2019 17:06	<a href="#">Contrato de trabalho Hotel Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40272 127	22/01/2019 17:06	<a href="#">Carteira de trabalho Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40272 142	22/01/2019 17:06	<a href="#">Lider aviso de sinistro Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40272 176	22/01/2019 17:06	<a href="#">Lider dados do recebedor Jailson de Arruda</a>	Outros (Documento)
40272 202	22/01/2019 17:06	<a href="#">Lider documento exigência documental Jailson de Arruda_1</a>	Outros (Documento)
40272 513	22/01/2019 17:06	<a href="#">boletim de ocorrência pt 2 Jailson de Arruda</a>	Documento de Comprovação
40290 231	23/01/2019 09:46	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
40411 951	25/01/2019 12:50	<a href="#">Citação</a>	Citação
40411 952	25/01/2019 12:50	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
40411 953	25/01/2019 12:50	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
40411 954	25/01/2019 12:50	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
40451 987	28/01/2019 10:17	<a href="#">Petição em PDF</a>	Petição em PDF
41400 802	18/02/2019 13:47	<a href="#">Petição</a>	Petição
41401 029	18/02/2019 13:47	<a href="#">CONTESTACAO</a>	Petição em PDF
41530 480	20/02/2019 10:08	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
41530 495	20/02/2019 10:08	<a href="#">AR referente a INTIMAÇÃO de JAILSON DE ARRUDA</a>	Aviso de recebimento (AR)
41775 506	25/02/2019 12:41	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
41775 524	25/02/2019 12:41	<a href="#">AR CIT E INT/ SEGURADORA LIDER 8A</a>	Aviso de recebimento (AR)
42389 364	14/03/2019 11:32	<a href="#">Outros (Documento)</a>	Outros (Documento)
42389 392	14/03/2019 11:32	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER 2</a>	Outros (Documento)
42389 403	14/03/2019 11:32	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER 1</a>	Outros (Documento)
42430 112	14/03/2019 20:55	<a href="#">Petição em PDF</a>	Petição em PDF
42430 114	14/03/2019 20:55	<a href="#">LAUDO 0003832-43.2019.8.17.2001 8ªA</a>	Petição em PDF
43266 148	02/04/2019 09:54	<a href="#">Certidão Retificação Autos</a>	Certidão
43266 271	02/04/2019 09:55	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
43523 886	08/04/2019 11:39	<a href="#">Petição em PDF</a>	Petição em PDF
43524 305	08/04/2019 11:39	<a href="#">IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO JAILSON DE ARRUDA</a>	Petição em PDF
43768 984	12/04/2019 09:45	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
44482 277	30/04/2019 15:20	<a href="#">Petição</a>	Petição
44482 396	30/04/2019 15:20	<a href="#">2567687_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01</a>	Petição em PDF
46098 579	03/06/2019 12:57	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
46149 084	04/06/2019 09:20	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
46444 500	10/06/2019 13:04	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

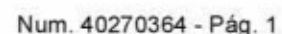


46774 888	17/06/2019 13:18	<a href="#">Petição</a>	Petição
46774 891	17/06/2019 13:18	<a href="#">ANEXO 2</a>	Outros (Documento)
46774 892	17/06/2019 13:18	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
46774 893	17/06/2019 13:18	<a href="#">2567687_ELABORAR JUNTADA DE DOCS_01.PDF</a>	Petição em PDF
47916 386	17/07/2019 11:21	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
49368 089	15/08/2019 20:56	<a href="#">Esclarecimento</a>	Petição em PDF
49368 097	15/08/2019 20:56	<a href="#">Esclarecimento de laudo 0003832-43.2019.8.17.2001 8ªA</a>	Petição em PDF
50350 505	05/09/2019 10:47	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
50350 518	06/09/2019 14:01	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
50544 374	09/09/2019 19:37	<a href="#">Impressão de alvará</a>	Petição em PDF
50589 905	10/09/2019 14:44	<a href="#">MANIFESTAÇÃO AO LAUDO PERICIAL</a>	Petição em PDF
50589 911	10/09/2019 14:44	<a href="#">MANIFESTAÇÃO DE LAUDO DE JAILSON DE ARRUDA</a>	Petição em PDF
46774 895	17/09/2019 16:47	<a href="#">Petição</a>	Petição
50969 448	17/09/2019 16:47	<a href="#">PETIÇÃO</a>	Petição em PDF
51010 990	19/09/2019 09:39	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
51283 758	24/09/2019 07:46	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
53151 192	30/10/2019 12:16	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
53151 206	30/10/2019 12:18	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
53232 624	31/10/2019 13:49	<a href="#">Petição</a>	Petição
53232 626	31/10/2019 13:49	<a href="#">2567687_PETICAO_JUNTADA_RECIBO_DE_PAGAMENTO</a>	Petição em PDF
53232 627	31/10/2019 13:49	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
53232 628	31/10/2019 13:49	<a href="#">ANEXO 2</a>	Outros (Documento)
53232 629	31/10/2019 13:49	<a href="#">ANEXO 3</a>	Outros (Documento)
54075 547	18/11/2019 11:28	<a href="#">Petição</a>	Petição
54075 549	18/11/2019 11:28	<a href="#">2567687_PETICAO_JUNTADA_CUSTAS_FINAIS</a>	Petição em PDF
54075 557	18/11/2019 11:28	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
55146 516	06/12/2019 16:28	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
55185 264	10/12/2019 10:50	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
55470 106	13/12/2019 07:56	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
55470 108	13/12/2019 07:57	<a href="#">Certidão</a>	Certidão



## I – DOS FATOS

Napisane elektronicky dňa 28.06.2019 o 17:05 Mesto Brezno - IČO: 3660073 NFew29am28+9908291259202430000039686082





Diante da lesão que foi ocasionada no requerente foi comprovado por meio de exames, anexados à inicial, que o autor sofreu uma **FRATURA DO ESCAFÓIDE ESQUERDO**. Na presente data, o autor encontra-se com o punho enrijecido, impossibilitando de realizar movimentos.

Assim, em decorrência de comprovados danos, o requerente faz jus ao pagamento do seguro obrigatório junto à companhia de seguros, ora requerida, como acima mencionado, valor indenizatório o qual é de direito e deve ser disponibilizado como a própria Lei 6.194/74 reconhece.

Conforme o que está na Lei nº 6.194/74, a qual regula o pagamento dessas indenizações, o valor a ser pago no caso de invalidez é o equivalente a **40 vezes o maior salário mínimo vigente no País na ÉPOCA DO PAGAMENTO**.

Para tanto, o requerente tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), **faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da incapacidade**, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*, pois se é um direito que lhe assiste não é justo que o requerente, além de sofrer danos irreversíveis à sua saúde, ainda não poder usufruir do que lhes é de direito, ou seja a indenização.

Este mérito julgador são em suma, os fatos que norteiam a presente demanda.

## 2. DO DIREITO

Por ser um seguro lapidado por caracteres sociais, a legislação embasadora deste instituto preocupou-se em facilitar ao máximo o acesso a essas indenizações. Exige-se tão-somente a prova do acidente, feita através do registro da ocorrência no órgão policial competente, e da morte ou lesões pessoais, bem como da incapacidade, comprovadas pela certidão de óbito e relatório médico expedido, como regra geral, pelo Instituto Médica Legal, respectivamente. Reunida a documentação pelo interessado e entregue à companhia seguradora de sua preferência, integrante dos Consórcios DPVAT, em 30 (trinta) dias, conforme disposição legal, ser-lhe-á feito o pagamento da indenização reclamada. O prazo será de 15 (quinze) dias, todavia, para os acidentes ocorridos sob a vigência da anterior redação da Lei nº 6.194/74. Vencido esse lapso sem que a seguradora tenha saldado sua obrigação, pode o beneficiário valer-se de ação judicial para tal finalidade. Mister consignarmos que tanto na liquidação administrativa quanto na judicial, será devido ao beneficiário, além da indenização, a correção monetária e os juros de mora correspondentes aos dias de atraso, contados do termo ad quem da trintena ou quinquena prevista na legislação.

O Seguro DPVAT tem como um de seus escopos, dentre outros, fornecer uma indenização em dinheiro àqueles que experimentam danos pessoais oriundos de acidente de trânsito. Aliás, essa cobertura por invalidez permanente está expressa no já citado art. 3º da Lei nº 6.194/74.



Por seu turno, o art. 4º do mesmo diploma nos indica a quem deve ser paga tal indenização:

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais.  
**Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.**

A situação do(a) postulante se subsume perfeitamente à segunda parte do dispositivo, pois foi vítima de um acidente automobilístico, sendo indiscutível, então, sua qualidade de beneficiário(a) do seguro em comento. Assim, fixado esse entendimento, resta agora determinarmos qual o correto valor a que tem direito.

É, uma vez mais, a Lei nº 6.194/74 que nos esclarece a esse respeito:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**b) até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País – no caso de invalidez permanente;**

Resta patente, então, que a indenização por invalidez permanente no Seguro DPVAT corresponde a até 40 (quarenta) vezes o salário-mínimo vigente quando da liquidação do sinistro.

**A aferição do quantum a ser pago ao portador de invalidez permanente, segundo dispõe o art. 5º, § 5º, da Lei nº 6.194/74, far-se-ia mediante a aplicação de "percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças".** Esses percentuais seriam aplicados sobre os 40 (quarenta) salários mínimos e obteríamos o valor devido.

Ocorre que esse dispositivo não foi regulamentado, de tal modo que inexistente ~~suporte legal para a utilização das aludidas tabelas.~~ Diante dessa omissão legislativa as companhias seguradoras valem – se de tabela emitida pelo Conselho Nacional de Seguro Privados – CNSP, que apresenta os percentuais de cada lesão. Todavia, também esse procedimento é desprovido de amparo jurídico.





Pedimos licença para destacar aqui excerto de exemplar sendo prolatada pelo Juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso, do 7º Juizado Especial Cível da Comarca de São Luiz/MA, em análise a esse art. 5º, 5º, da Lei nº 6.194/74: Não obstante essa referência à tabela das condições gerais do seguro de acidente, o dispositivo legal em questão não se fez acompanhar de um anexo, muito menos há qualquer Decreto ou outra lei instituindo-a. Nas normas que criaram a Superintendência de Seguros Privados, art. 35 e seguintes do Decreto-lei 73, de 21/11/66, não está instituída citada tabela

, muito menos há atribuição de poderes legais para a referida SUSEP criá-la administrativamente. Outra base legal que a ré arvora-se para tentar comprovar a legalidade da instituição da tabela é o art. 12 da Lei 6.194/74. No entanto, esse dispositivo legal apenas dá poderes ao Conselho Nacional de Seguros Privados para expedir "normas disciplinadoras e tarifas", tão somente. O primeiro caso trata da organização administrativa e processamento visando a operacionalização do serviço, não sendo incluída a expedição de atos normativos que venham a afetar direitos de terceiros, que não foram afetados na Lei acima citada.

Digo isso, porque, no momento em que a tabela reduz o valor dos pagamentos para determinados tipos e graus de lesões e em determinadas partes do corpo humano, sem qualquer autorização legal, sem dúvida, há restrições de direitos contidos na Lei que instituiu o valor máximo para a indenização do Seguro. E não se concebe restrições de direitos protegidos por lei através de um ato administrativo de hierarquia muito inferior. (...) Não havendo autorização legal para a edição administrativa da tabela que a ré quer seja respeitada, a indenização há que ser fixada pelo prudente discricionarismo do juiz, baseado nas provas dos autos e na verificação do estado de fato da vítima, este desde que relacionado com o acidente ( Processo nº 641/2001; Autor: Vicente Paulo Santos; Ré: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Sentenciado em 11/5/2004).

Nossa jurisprudência embasa esse entendimento:

Acidente de veículo. Cobrança de Seguro DPVAT. Tarifação estabelecida por tabela da seguradora. Ausência de suporte legal. Recebimento do valor total do seguro. Comprovada a incapacidade permanente para o exercício de atividade laboral. Sentença mantida. Recurso improvido (TJES. AC 24990124588. 3ª Câmara Cível. Relator: Des. José Eduardo Grandi Ribeiro. Julgado em 19/3/2002);

Civil. Indenização. Seguro Obrigatório de veículo. DPVAT. Complexidade pericial ausente. Laudo do IML local. Inexistência de cerceamento de defesa. Preliminares afastadas. Invalidez permanente.

Valor da indenização consoante a lei de regência. (...) Constatada, através dos exames do IML local, a invalidez permanente, que incapacitou definitivamente a vítima para o trabalho e subsistência sem ajuda de terceiros, a indenização há que ser pelo valor total previsto na alínea "b", do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, não podendo sofrer limitação por regras



ditadas por simples resolução, de hierarquia inferior (TJDF. ACJ 20010710121340-DF. 2ª TRJE. Relator: Des. Benito Augusto Tiezzi. DJU 27/5/2002, p.51).

Seguro. Seguro obrigatório. DPVAT. Salário-mínimos. O valor do seguro obrigatório deve corresponder a 40 salários mínimos. Precedentes. Recurso não conhecido (Recurso Especial nº 152866/SP, 4ª Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar. Decisão em 25/3/1998).

Súmula 37 do 1º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo: Na indenização decorrente de seguro obrigatório, o artigo 3º da Lei 6.194/74 não foi revogado pelas Leis 6.205/75 e 6.423/77 ( Revogado a Súmula 15).

Civil. Seguro obrigatório (DPVAT). Valor quantificado em salários mínimos. Indenização Legal. Critério. Validade. Lei nº 6.194/74. Recibo. Quitação. Saldo remanescente. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que reage a espécie (Recurso Especial nº 2966775/SP, 4ª Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min. Aldir Passarinho Júnior. Decisão em 20/8/2002).

O Demandante tem sua pretensão respaldada na Lei nº 6.194/74 que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório. Assevera o art. 3º, II, III, § 1º e I, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as Indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

Recurso Especial nº 152866/SP, 4ª Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar. Decisão em 25/3/1998. DJU 27/5/2002, p.51.

I





**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007) § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

(Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Ademais, a vítima do acidente deve ser reembolsada em face das despesas médico-hospitalares que teve de suportar nos termos do § 2º do art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).



Acerca do dever e da forma de indenizar, assim dispõe o art. 5º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*: Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 1.132, de 2015, art. 1º, inciso I, alínea a) e b) e art. 2º, inciso I, alínea a) e b).

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões







para arcar com ônus das taxas e emolumentos judiciais, sem que comprometa de fato com a sua sobrevivência e de sua família, tudo de acordo com o art. 98, §1º, inc. I c/c 99, §3º do CPC/2015.

**g)** Condenação da Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver, bem como aos honorários advocatícios fixados em 30% (trinta por cento) sobre o valor da condenação, no caso de a requerida recorrer da decisão de 1º Grau.

**Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos, em especial o depoimento da demandada nas pessoas dos seus representantes legais, sob pena de confissão, juntada posterior de documentos, inquirição de testemunhas, e demais provas que se fizerem necessárias.**

Dá-se a causa no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

***Nestes termos,***

***Pede deferimento.***

Recife/PE, 13 de dezembro de 2018.

**DR. ROMICEDES SILVESTRE TOMÉ**

**OAB/PE 35.432-D**

**ADVOGADO**

**JAIR FILHO**

**Acadêmico de Direito**

**CPF 057.573.294-67**

Assinatura eletrônica de ROMICEDES SILVESTRE TOMÉ em 13/12/2018 às 19:08:25. Nº de Protocolo: 40270364-300000039686082







### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: JAILSON DE ARRUDA**, brasileiro, viúvo, portador da cédula de identidade nº 37.992.046-3 /SP e CPF nº 621.449.014-49, residente e domiciliado na Rua Jemil Asfora, 81, Ap-104, BL E, Pina, Recife/PE. CEP: 51110-200.

**OUTORGADO: ROMICEDES SILVESTRE TOMÉ**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE sob o nº 35.432-D, CPF: 010.130.054-90, e com endereço profissional a Rua José de Alencar, nº 522, sala 02, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50.070-075.

**PODERES:** Os das cláusulas "ad judicial et extra", podendo desistir, receber, dar quitação, bem como receber alvará judicial, transigir, firmar acordo e compromisso, requerer, **renunciar**, impetrar quaisquer medidas judiciais para defender os interesses do(s) Outorgante(s), e tudo mais que se fizer necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva os poderes aqui outorgados.

**DECLARAÇÃO DE AJG:** Declaro sob as penas da lei, que não estou em condições de arcar com às custas e taxas judiciais, requerendo os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c a Lei 7.115/83.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO:** Eu, **OUTORGANTE**, autorizo a este juízo a reter o valor dos honorários contratuais no percentual de 30% (trinta por cento), nos eventuais requisitórios que sejam expedidos em meu nome, a favor do **OUTORGADO, ROMICEDES SILVESTRE TOMÉ**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE sob o nº 35.432-D, CPF: 010.130.054-90, sejam por determinação judicial mediante Sentença com a devida homologação ou mediante acordo firmado entre as partes, sem prejuízo dos honorários de sucumbência.

Recife, 11 de dezembro de 2018.

*Jailson de Arruda*  
**JAILSON DE ARRUDA**  
**OUTORGANTE**

Repositório de documentos jurídicos em formato PDF - 2018/12/11 15:02:25 - 502036200000030686447





Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviço de Natureza Jurídica, que entre si fazem, de um lado o **CONTRATANTE: JAILSON DE ARRUDA**, brasileiro, viúvo, portador da cédula de identidade nº 37.992.046-3 /SP e CPF nº 621.449.014-49, residente e domiciliado na Rua Jemil Asfora, 81, AP-104, BL E, Pina, Recife/PE. CEP: 51110-200, e do outro lado os **CONTRATADOS: Dr. ROMICEDES SILVESTRE TOMÉ**, brasileiro, casado, inscrito na **OAB/PE sob o nº 35.432-D**, com endereço profissional a Rua Jose de Alencar, nº 522, sala 02, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50.070-075, denominado CONTRATADO, têm em si, justos e convenientes o presente instrumento, tudo de acordo com as cláusulas que seguem relacionadas:

**Cláusula Segunda** - A prestação do referido serviço se detém à participação do Advogado nos seguintes atos: Acompanhamento da Ação até o duto pronunciamento da decisão monocrática em 1ª instância.

**Cláusula Terceira** - Caso tenham o interesse de desistir do referido contrato, ambas as partes terão que avisar com antecedência mínima de 30 dias, tomando por base a data da celebração do respectivo contrato por tempo determinado, devendo ser pago todos os serviços até então realizados de acordo com o que foi determinado entre as partes contratantes. Caso haja o descumprimento da cláusula, a parte que descumprir pagará o equivalente a QUATRO (04) salários mínimos;

**Cláusula Quarta - Pela prestação dos serviços advocatícios, eu, OUTORGANTE, JAILSON DE ARRUDA, autorizo a este juízo a reter o valor dos honorários contratuais no percentual de 30% (trinta por cento), nos eventuais requisitórios que sejam expedidos em meu nome, a favor do OUTORG- ADO, ROMICEDES SILVESTRE TOMÉ, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE sob o nº 35.432-D, CPF: 010.130.054-90, sejam por determinação judicial mediante Sentença com a devida homologação ou mediante acordo firmado entre as partes, sem prejuízo dos honorários de sucumbência.**

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas vias) de igual teor e forma, o qual de agora em diante passará a vigorar.

JAILSON DE ARRUDA  
JAILSON DE ARRUDA  
CONTRATANTE

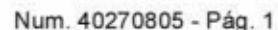
Recife, 11 de dezembro de 2018.

DR. ROMICEDES SILVESTRE TOME  
CONTRATADO

Accession number: 13196770650235530800596857737772929129490013213592045500000039686516

Rua José de Alencar, 522 – Edif. Visconde de Goiana, Sala 02 – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50070-030  
Contato (081) 3034.1688 / 8406.5239 / 9945.8474  
e-mail: pessoatomeadvogados@hotmail.com

Scanned by CamScanner













## BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 18E0097009197

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia 31/5/2018 às 17:30

EXCELSIOR SEGUROS  
25 JUL 2018  
SEGURO DPVAT.

OUTROS TIPO DE OBJETO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a):  
DESCONHECIDA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**DESCONHECIDA (não presente ao plantão) - Sexo: Feminino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

Complemento / Observação

Num. 40271024 - Pág. 1





S620

Código da Doença

11/06/28

Local c Data

Assinatura do Médico

Leonardo Pinheiro  
CIRURGIA DA MÃO  
(30) 17.884 / 5801 13.376

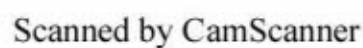
Rec'd 11/06/2018  
Ange

EXCELSIOR SEGUROS  
25 JUL 2019  
SEGURIDAD PRIVAT

LEOPC  
Autenticação: 0111 489 6149

11/06/2018 09:11

**Número de identificación:** 319607806602250530300E9656687G NTew/29Jan2019C13213592081900000039686868







52020-002 RECIFE - PE

Atesto que atendi nesta data o(a) Sr(a) **JAILSON DE ARRUDA** às 00:41 hs,  
sendo necessário o seu afastamento do local de trabalho ou escola por **15 ( QUINZE )** dias,  
a partir de **01/06/2018**, tendo como causa do atendimento o código abaixo:

Código da Doença

FELIPE NUNES DA SILVA

  
 Felipe Nunes  
 Ortopedia - Traumatologia  
 CRM: 20.818  
 TEOT 15.168

Codigo de Autenticação : BYPAB68K6R3P1  
Solicitacao da Senha : 01/06/2018 00:28:45

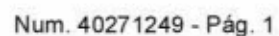
10.1.32.203

Número de identificación: 316077-PO-MCZ-08-BN-00059568-TCM Rev./26 Jan 2019 08:22:25 92089600000039686948

EXCELSIOR SEGUROS  
25 JUL 2015

25.11.2014

SECRET  
JUL 20 1999  
SECURITY DIVISION





Hospital do  
Espinheiro  
RUA DA  
PAZ, 1000  
13050-000

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM VIDA IMAGEM.

RAIO X - HE

NºPedido: 8728017

Data 31/05/2018

Pag 1 de 1

Paciente...: 10770856 JAILSON DE ARRUDA

Nascimento.: 04/01/1975 Sexo: M RG.: 379920463 SSP PE CPF.: 62144901449

Endereço...: AV JEMIL ASFORA 01 PINA RECIFE PE 51110200

Tel.:

Convenio...: HAPVIDA

Matricula...: 02QC4000055000018

Solicitante: Dr(a) BRUNO CANDIDO MONTE

Queixa Principal:

Exame:

RX ARTICULACAO TIBIO-TARSICA DIREITO

!2\_lo8"

1560737621

RELATÓRIO:

- Contornos articulares e espaços de aspecto normal .
- Estruturas óssea conservada .
- Partes moles sem alterações .

4

FERNANDA MARIA DE MOURA SOTTO MAYOR - CRM 9055-  
PE



Resposta de solicitação: 14/06/2018 09:41:47

R7944

Impresso por: HELANEJ

Em: 14/06/2018 09:41:47

Scanned by CamScanner





DIAGNÓSTICO POR IMAGEM VIDA IMAGEM.

RAIO X - HE

NºPedido: 8728017

Data 31/05/2018

Pag 1 de 1

Paciente...: 10770856 JAILSON DE ARRUDA

Nascimento.: 04/01/1975 Sexo: M RG.: 379920463 SSP PE CPF.: 62144901449

Endereço...: AV JEMIL ASFORA 81 PINA RECIFE PE 51110200

Tel:

Convenio...: HAPVIDA

Matricula...: 02QC4000055000018

Solicitante: Dr(a) BRUNO CANDIDO MONTE

Queixa Principal:

Exame:

RX ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL ESQUERDO

!2\_lo="

1560737626

RELATÓRIO:

- Contornos articulares e espaços de aspecto normal .
- Estruturas óssea conservada .
- Partes moles sem alterações .

4/

FERNANDA MARIA DE MOURA SOTTO MAYOR - CRM 9055-  
PE



Nºpedido: 8728017 Nºpedido: 8728017 Nºpedido: 8728017 Nºpedido: 8728017 Nºpedido: 8728017 Nºpedido: 8728017 Nºpedido: 8728017 Nºpedido: 8728017 Nºpedido: 8728017 Nºpedido: 8728017





Paciente...: 10770856 JAILSON DE ARRUDA

Nascimento.:04/01/1975    Sexo:M    RG.: 379920463    SSP    PE    CPF.: 62144901449

Endereco...: AV JEMIL ASFORA 81 PINA RECIFE PE 51110200

Convenio...: HAPVIDA

Matricula...: 02QC4000055000018

**Solicitante:** Dr(a) BRUNO CANDIDO MONTE

**Queixa Principal:**

**Exame:**

RX COTOVELO ESQUERDO

!2 lo<"

1560737625

RELATÓRIO:

- Contornos articulares e espaços de aspecto normal .
- Estruturas óssea conservada .
- Partes moles sem alterações .

FERNANDA MAHIA DE MOURA SOTTO MAYOR - CRM 9055-  
PE

~~Nasiriddin ibn al-Andalusi~~ 1316078 FOMCEN3900VE96RENTGMEw23am241908321259211400000039687204





Hospital do  
Espinheiro  
Traumatologia,  
Ortopedia e Cirurgia

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM VIDA IMAGEM.

RAIO X - HE

Nº Pedido: 8728017

Data 31/05/2018

Pág 1 de 1

Paciente...: 10770856 JAILSON DE ARRUDA

Nascimento...: 04/01/1975 Sexo: M RG.: 379920463 SSP PE CPF.: 62144901449

Endereço...: AV JEMIL ASFORA 81 PINA RECIFE PE 51110200

Tel.:

Convenio...: HAPVIDA

Matricula...: 02QC4000055000018

Solicitante: Dr(a) BRUNO CANDIDO MONTE

Queixa Principal:

Exame:

RX MAO ESQUERDA

!2\_lo9"

1560737622

RELATÓRIO:

- Fratura no escafóide.

FERNANDA MARIA DE MOURA SOTTO MAYOR - CRM 9055-  
PE



Resposta de solicitação: 14/06/2016 09:41:22 - 1560737622 - 118700000039687253

07044

Impresso por: HFI ANE.I

Em: 14/06/2016 09:41:22

Scanned by CamScanner





Data 31/05/2018  
Pag 1 de 1.

<b>Paciente....</b>	10770856	JAILSON DE ARRUDA						
<b>Nascimento....</b>	04/01/1975	<b>Sexo:</b> M	<b>RG.:</b> 379920463	<b>SSP</b>	<b>PE</b>	<b>CPF.:</b> 62144901449		
<b>Endereco....</b>	AV JEMIL ASFORA 81 PINA RECIFE PE 51110200						<b>Tel.:</b>	
<b>Convenio....</b>	HAPVIDA							
<b>Matricula..:</b>	02QC4000055000018							
<b>Solicitante:</b>	Dr(a) BRUNO CANDIDO MONTE							

**Queixa Principal:**

Exame:  
RX PERNA DIREITA

RELATÓRIO:

- Contornos articulares e espaços de aspecto normal .
- Estruturas óssea conservada .
- Partes moles sem alterações .

FERNANDA MARIA DE MOURA SOTTO MAYOR - CRM 9055-  
PE

!2\_lo:"  
1560737623

EXCELSIOR SEGUROS  
25 JUN 2018  
SEGURO DPVAT.

[illegible]

97014

Impresso per: HFI ANF.I

Em: 14/08/2019 00:41:00

Scanned by CamScanner





Hospital do  
Espinheiro  
Traumatologia, Ortopedia e Cirurgia

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM VIDA IMAGEM.

RAIO X - HE

NºPedido: 8728017

Data 31/05/2018

Pag 1 de 1

Paciente...: 10770856 JAILSON DE ARRUDA

Nascimento...: 04/01/1975 Sexo: M RG.: 379920463 SSP PE CPF.: 62144901449

Endereço...: AV JEMIL ASFORA 81 PINA RECIFE PE 51110200

Convenio...: HAPVIDA

Matricula...: 02QC4000055000018

Solicitante: Dr(a) BRUNO CANDIDO MONTE

Queixa Principal:

Exame:

RX PUNHO ESQUERDO

!2\_lo;"

1560737624

RELATÓRIO:

- Fratura no escafóide.

FERNANDA MARIA DE MOURA SOTTO MAYOR - CRM 9055-  
PE



NºPedido: 8728017 RG: 379920463 SSP PE CPF: 62144901449 Endereço: AV JEMIL ASFORA 81 PINA RECIFE PE 51110200 Convenio: HAPVIDA Matricula: 02QC4000055000018 Solicitante: Dr(a) BRUNO CANDIDO MONTE

R7944

Impresso por: HELANEJ

Em: 14/06/2018 09:40:35

Scanned by CamScanner





Paciente...: 10770856 JAILSON DE ARRUDA

Nascimento.:04/01/1975    Sexo:M    RG.: 379920463    SSP    PE    CPF.: 02144901449

Enderecc....: AV JEMIL ASFORA 81 PINA RECIFE PE 51110200

Convenio....: HAPVIDA

Matricula...: 02QC1000055000018

Solicitante: Dr(a) CARLOS TIAGO DA SILVA

**Queixa Principal:**

**Exams:**

TC DAS ARTICULACOES (EXT CLA-OMB-COT-PUN-SAC)

!2 SX. 19

1560808511

**TCMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO OMBRO ESQUERDO (RELATÓRIO DE EMERGÊNCIA)**

**TÉCNICA:**

Aquisição em projeção axial, sem utilização do meio de contraste.

ACHADOS:

Cortical e medular ósseas de morfologia e densidade normais.

Superfícies e espaços articulares preservados.

Não se observa derrame articular.

Ausência de corpos livres intra-articulares.

Planos musculares e gordurosos sem alterações.

Não há pingaço do desalinhamentos ósseos.

\*Exame documentado em CD.

Obs.: Todo exame complementar necessita de correlação com os dados clínicos do paciente. Colocamo-nos à disposição para discussão do caso e reavaliações mediante informações detalhadas da história clínica do paciente.

NICOLE ALMEIDA DE ALENCAR ARAUJO - CRM 13332-1E

EXCELSIOR SEGUROS

25 JUL 2018

SEGURO PRIVAT

Accession: [F01071](#) [F01072](#) [F01073](#) [F01074](#) [F01075](#) [F01076](#) [F01077](#) [F01078](#) [F01079](#) [F01080](#) [F01081](#) [F01082](#) [F01083](#) [F01084](#) [F01085](#) [F01086](#) [F01087](#) [F01088](#) [F01089](#) [F01090](#) [F01091](#) [F01092](#) [F01093](#) [F01094](#) [F01095](#) [F01096](#) [F01097](#) [F01098](#) [F01099](#) [F01100](#) [F01101](#) [F01102](#) [F01103](#) [F01104](#) [F01105](#) [F01106](#) [F01107](#) [F01108](#) [F01109](#) [F01110](#) [F01111](#) [F01112](#) [F01113](#) [F01114](#) [F01115](#) [F01116](#) [F01117](#) [F01118](#) [F01119](#) [F01120](#) [F01121](#) [F01122](#) [F01123](#) [F01124](#) [F01125](#) [F01126](#) [F01127](#) [F01128](#) [F01129](#) [F01130](#) [F01131](#) [F01132](#) [F01133](#) [F01134](#) [F01135](#) [F01136](#) [F01137](#) [F01138](#) [F01139](#) [F01140](#) [F01141](#) [F01142](#) [F01143](#) [F01144](#) [F01145](#) [F01146](#) [F01147](#) [F01148](#) [F01149](#) [F01150](#) [F01151](#) [F01152](#) [F01153](#) [F01154](#) [F01155](#) [F01156](#) [F01157](#) [F01158](#) [F01159](#) [F01160](#) [F01161](#) [F01162](#) [F01163](#) [F01164](#) [F01165](#) [F01166](#) [F01167](#) [F01168](#) [F01169](#) [F01170](#) [F01171](#) [F01172](#) [F01173](#) [F01174](#) [F01175](#) [F01176](#) [F01177](#) [F01178](#) [F01179](#) [F01180](#) [F01181](#) [F01182](#) [F01183](#) [F01184](#) [F01185](#) [F01186](#) [F01187](#) [F01188](#) [F01189](#) [F01190](#) [F01191](#) [F01192](#) [F01193](#) [F01194](#) [F01195](#) [F01196](#) [F01197](#) [F01198](#) [F01199](#) [F01200](#) [F01201](#) [F01202](#) [F01203](#) [F01204](#) [F01205](#) [F01206](#) [F01207](#) [F01208](#) [F01209](#) [F01210](#) [F01211](#) [F01212](#) [F01213](#) [F01214](#) [F01215](#) [F01216](#) [F01217](#) [F01218](#) [F01219](#) [F01220](#) [F01221](#) [F01222](#) [F01223](#) [F01224](#) [F01225](#) [F01226](#) [F01227](#) [F01228](#) [F01229](#) [F01230](#) [F01231](#) [F01232](#) [F01233](#) [F01234](#) [F01235](#) [F01236](#) [F01237](#) [F01238](#) [F01239](#) [F01240](#) [F01241](#) [F01242](#) [F01243](#) [F01244](#) [F01245](#) [F01246](#) [F01247](#) [F01248](#) [F01249](#) [F01250](#) [F01251](#) [F01252](#) [F01253](#) [F01254](#) [F01255](#) [F01256](#) [F01257](#) [F01258](#) [F01259](#) [F01260](#) [F01261](#) [F01262](#) [F01263](#) [F01264](#) [F01265](#) [F01266](#) [F01267](#) [F01268](#) [F01269](#) [F01270](#) [F01271](#) [F01272](#) [F01273](#) [F01274](#) [F01275](#) [F01276](#) [F01277](#) [F01278](#) [F01279](#) [F01280](#) [F01281](#) [F01282](#) [F01283](#) [F01284](#) [F01285](#) [F01286](#) [F01287](#) [F01288](#) [F01289](#) [F01290](#) [F01291](#) [F01292](#) [F01293](#) [F01294](#) [F01295](#) [F01296](#) [F01297](#) [F01298](#) [F01299](#) [F01300](#) [F01301](#) [F01302](#) [F01303](#) [F01304](#) [F01305](#) [F01306](#) [F01307](#) [F01308](#) [F01309](#) [F01310](#) [F01311](#) [F01312](#) [F01313](#) [F01314](#) [F01315](#) [F01316](#) [F01317](#) [F01318](#) [F01319](#) [F01320](#) [F01321](#) [F01322](#) [F01323](#) [F01324](#) [F01325](#) [F01326](#) [F01327](#) [F01328](#) [F01329](#) [F01330](#) [F01331](#) [F01332](#) [F01333](#) [F01334](#) [F01335](#) [F01336](#) [F01337](#) [F01338](#) [F01339](#) [F01340](#) [F01341](#) [F01342](#) [F01343](#) [F01344](#) [F01345](#) [F01346](#) [F01347](#) [F01348](#) [F01349](#) [F01350](#) [F01351](#) [F01352](#) [F01353](#) [F01354](#) [F01355](#) [F01356](#) [F01357](#) [F01358](#) [F01359](#) [F01360](#) [F01361](#) [F01362](#) [F01363](#) [F01364](#) [F01365](#) [F01366](#) [F01367](#) [F01368](#) [F01369](#) [F01370](#) [F01371](#) [F01372](#) [F01373](#) [F01374](#) [F01375](#) [F01376](#) [F01377](#) [F01378](#) [F01379](#) [F01380](#) [F01381](#) [F01382](#) [F01383](#) [F01384](#) [F0138](#)

H7944

Impresso por: HELANEJ

Em: 14/06/2018 09:4:11

Scanned by CamScanner

Num. 40271683 - Pág. 1

**NOME:** JAILSON DE ARRUDA

## RECEITUÁRIO MÉDICO PÓS-CIRÚRGICO

1) DAPIRONA (500mg) ----- 2 CARTELAS  
Tomar 2 comp de 06 em 06 horas por 7 dias ou enquanto dor

-----OU-----

2) PARACETAMOL (500mg) ----- 2 CARTELAS  
Tomar 1 comp de 06 em 06 horas por 7 dias ou enquanto dor

3) IBUPROFENO (400mg) ----- 1 CX.  
Tomar 1 comp. de 08 em 08 horas por 5 dias para dor

>> RETORNO PARA REVISÃO NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA, NA HAPCLÍNICA RECIFE, NA RUA DO ESPINHEIRO, MEDIANTE MARCAÇÃO PRÉVIA PRESENCIAL, OU REALIZADA POR ALGUM PARENTE COM A CARTEIRINHA DO USUÁRIO.

### OBS.:

1. Não há necessidade de troca de curativo até o dia da revisão;
2. Manter o membro elevado;
3. Movimentar livremente os dedos;
4. Não tomar medicações em caso de alergia;
5. Qualquer problema procurar urgência do Hospital do Espinheiro.



Recife, 10 de julho de 2018

Leonardo Pinheiro  
TRAUMATO-ORTOPEDIA  
CIRURGIA DA MÃO  
CRM 17.884 / SBOT 13.576

**Dr. Leonardo Pinheiro**  
CIRURGIA MÃO / ORTOPEDIA  
CRM 17.884 / SBOT 13576

Recife, 10 de julho de 2018. 25 JUL 2018. 151500000039687425

Rua do Espinheiro, Nº 222, Espinheiro, Recife-PE,  
Fone: (81) 2138-2964



Empresa.: 1718398 LAB PAISSANDU

Nº Pedido: 8783378

!+qDq"

ICHA DE ATENDIMENTO DE PACIENTES

JAILSON DE ARRUDA

etor.: 623403 POSTO COLETA PEDIATRIA - P

Data do Pedido: 13/06/18

Prev. Entrega: 18/06/18

ndereço:

Data / Hora: 13/06/18 10:43:32

tendimento.: 15668403 Data.: 13/06/2018

Senha Internet.: R15309047

'aciente.: 10770856 JAILSON DE ARRUDA

Idade: 43 ano(s)

Sexo: M

ascimento.: 04/01/1975

Telefone.:

ndereço.: AV. JEMIL ASFORA, 81 PINA CEP: 51.110-020

ueixa Principal: EXAMES PARA CIRURGIA

unicação.: NATFB

NATALIA FERREIRA BATISTA

onvênio.: HAPVIDA

Paciente: EXTERNO

lo. Carteira.: 02QC4000055000018

Motivo: ELETIVO

Exames Solicitados	Guia	Médico Solicitante	Senha	Dias	Qt	Vi Total	Amostra
--------------------	------	--------------------	-------	------	----	----------	---------

## BIOQUIMICA

010540 CREATININA (SANGUE)	56564546	31154352 TRANSCRICAO	E94052263	4	1	0.00	
----------------------------	----------	----------------------	-----------	---	---	------	--

!#PX}U"

0045539050

0.00 0045539050

010973 GLICOSE (SANGUE)	56564546	31154352 TRANSCRICAO	E94052264	4	1	0.00	0045539050
-------------------------	----------	----------------------	-----------	---	---	------	------------

## HEMATOLOGIA

040139 COAGULOGRAMA COMPLETO	56564546	31154352 TRANSCRICAO	E94052265	3	1	0.00	
------------------------------	----------	----------------------	-----------	---	---	------	--

!#PX}V"

0045539051

0.00

040481 HEMOGRAMA COMPLETO COM REV	56564546	31154352 TRANSCRICAO	E94052266	3	1	0.00	
-----------------------------------	----------	----------------------	-----------	---	---	------	--

!#PX}W"

0045539052

Quantidade Total de Exames Solicitados.....

4

Valor Total de Exames Solicitados.....

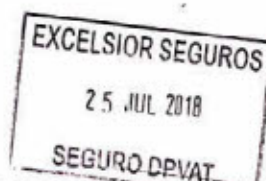
0.00

Telefones .....

ou

Observações .....

Resultados de exames: Pela internet no site [www.hapvida.com.br](http://www.hapvida.com.br), pelo auto-atendimento nos Totens ou em nossas unidades laboratoriais no período das 13hs às 15:30hs.



Respostas de exames: 13/06/2018 10:43:32 0000039687471

R7920B

Resultados de exames no site da operadora  
[www.hapvida.com.br](http://www.hapvida.com.br)

Scanned by CamScanner





Hospital do Espinhaço  
Tratamento Especializado

**ULTRA SOM SERVICOS MEDICOS LTDA - ME**  
R DO ESPINHEIRO, 222 - ESPINHEIRO  
52020-002 RECIFE - PE

RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EXISTENTE

Nome Completo: FELIPE NUNES DA SILVA

CRM: 20818 UF: PE

R DO ESPINHEIRO 222 ESPINHEIRO 52020020 Tel.

Cidade: RECIFE UF: PE

1ª Via retenção da Farmácia ou Drogeria  
2ª Via orientação ao Paciente

*Felipe Nunes da Silva*  
CRM: 20818  
TEO: 15.154

CARIMBO OU ASSINATURA DO MEDICO

Paciente: JAILSON DE ARRUDA

Endereço: JEMIL ASFORA 81 APTO 104 BL E PINA RECIFE PE 51110200 Tel.

Prescrição: 1)

REVANGE 01 CAIXA  
TOMAR 01 CP, VO DE 8/8H, SE DOR INTENSA

Data: 01/06/2015

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: \_\_\_\_\_

Ident: \_\_\_\_\_ Orgão Emissor: \_\_\_\_\_

End: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Assinatura do Farmacêutico Data: / /

Hospital do Espinhaço  
Tratamento Especializado

**ULTRA SOM SERVICOS MEDICOS LTDA - ME**  
R DO ESPINHEIRO, 222 - ESPINHEIRO  
52020-002 RECIFE - PE

RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EXISTENTE

Nome Completo: FELIPE NUNES DA SILVA

CRM: 20818 UF: PE

R DO ESPINHEIRO 222 ESPINHEIRO 52020020 Tel.

Cidade: RECIFE UF: PE

1ª Via retenção da Farmácia ou Drogeria  
2ª Via orientação ao Paciente

*Felipe Nunes da Silva*  
CRM: 20818  
TEO: 15.154

CARIMBO OU ASSINATURA DO MEDICO

Paciente: JAILSON DE ARRUDA

Endereço: JEMIL ASFORA 81 APTO 104 BL E PINA RECIFE PE 51110200 Tel.

Prescrição: 1)

REVANGE 01 CAIXA  
TOMAR 01 CP, VO DE 8/8H, SE DOR INTENSA

Data: 01/06/2015

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: \_\_\_\_\_

Ident: \_\_\_\_\_ Orgão Emissor: \_\_\_\_\_

End: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Assinatura do Farmacêutico Data: / /



Resposta de segurança: 143160F20640E683000E80601270N259m294908321259216900000039687528



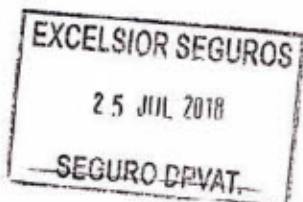


**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO**

**CERTIDÃO**

**Certidão nº 2018APH000897 Div. Op.**

Com fulcro no art. 5º XXXIV, letra "b" da Constituição Federal Brasileira, venho por meio de solicitação feita pelo(a) Sr<sup>a</sup>). JAILSON DE ARRUDA , 43 anos, BRASILEIRO (a), VIÚVO(a), RG nº 37.992.046-3 SSP-SP, inscrito(a) na Receita Federal sob o CPF nº 621.449.014-49, residente à RUA JEMIL ASFORA , nº 81, APT 104 BL E, PINA , RECIFE -PE, certificar que este Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar atendeu a uma ocorrência no dia 31/05/2018, por volta das 17:30 hs, no endereço: AV. DOMINGOS FERREIRA, S/N, PINA RECIFE-PE, referente a um(a) COLISÃO, envolvendo AUTOMOVELO PALIO CINZA OYX7229-PE, no(a) qual fora vitimado(a) o(a) Sr<sup>a</sup>) JAILSON DE ARRUDA , inscrito sob o CPF nº 621.449.014-49 e Registro Geral nº 37.992.046-3, atendido(a) pela Unidade Tática de Resgate do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar, comandada pelo(a) SGT 940483-0 DENILSON. Foi transportado(a) para o HOSPITAL HAPVIDA ESPINHEIRO . Registrado(a) com o prontuário nº 15607376. Ficou aos cuidados do médico BRUNO MONTERO, registro 24221. Os registros desta Certidão foram extraídos dos arquivos da Divisão de Operações / GBAPH.



Posição em 28/06/2018

*A autenticidade desta certidão deve ser confirmada através do portal do Corpo de Bombeiros, no site <http://www.cbm.pe.gov.br/>, consultar protocolo nº 2018APH000897*

Av. João de Barros, 399 - Boa Vista - Recife/PE - CEP 50050-180

Fone: (81) 3182-9126 / CNPJ: 00.358.773/0001-44

Respostas e informações: 3182-9126 / 3182-9126 / 3182-9126 / 3182-9126 / 3182-9126 / 3182-9126 / 3182-9126 / 3182-9126 / 3182-9126 / 3182-9126



12

01.083.81040001-28

Empregador

Joneide Caraciolo de Almeida-ME

CGC/MF...Min...Marcos Freire...509...Bairro...Nova...

Rua...CEP...53080-000...Nº...

Município...OLINDA...PERNAMBUCO Est. ....

Esp. do estabelecimento...BAR

Cargo...PROXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CBO nº...59990

Data admissão...02 de dezembro de 1991

Registro nº...14569...Fls/Ficha...07

Remuneração especificada...R\$ 136,00 (cento e trinta e seis reais) por mês.

JONEIDE CARACIOLO DE ALMEIDA-ME

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19 .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº.....

CONTRATO DE TRABALHO

13

Empregador

HOTEL LUZEIROS RECIFE LTDA

CNPJ: 09.797.515/0001-39

Rua Barão do Santo Ângelo, 100 - Pina

CEP: 51.110-180 Recife - PE

Esp. do Estabelecimento: Hotelaria

Cargo: STWARD JR. CBO: 5135-05

Data de Admissão: 16 de Outubro de 2017

Registro: 000133

Remuneração: R\$ 1.027,83

(Hum mil e vinte e sete reais, oitenta e tres centavos) por mês.

Hotel Luzeiros Recife Ltda

CNPJ: 09.797.515/0001-39

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Mauricio José Costa Sales

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19 .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº.....

Respostas de perguntas: 1. 09.797.515/0001-39 2. 09.797.515/0001-39 3. 09.797.515/0001-39 4. 09.797.515/0001-39 5. 09.797.515/0001-39 6. 09.797.515/0001-39 7. 09.797.515/0001-39 8. 09.797.515/0001-39 9. 09.797.515/0001-39 10. 09.797.515/0001-39 11. 09.797.515/0001-39 12. 09.797.515/0001-39 13. 09.797.515/0001-39 14. 09.797.515/0001-39 15. 09.797.515/0001-39 16. 09.797.515/0001-39 17. 09.797.515/0001-39 18. 09.797.515/0001-39 19. 09.797.515/0001-39 20. 09.797.515/0001-39 21. 09.797.515/0001-39 22. 09.797.515/0001-39 23. 09.797.515/0001-39 24. 09.797.515/0001-39 25. 09.797.515/0001-39 26. 09.797.515/0001-39 27. 09.797.515/0001-39 28. 09.797.515/0001-39 29. 09.797.515/0001-39 30. 09.797.515/0001-39 31. 09.797.515/0001-39 32. 09.797.515/0001-39 33. 09.797.515/0001-39 34. 09.797.515/0001-39 35. 09.797.515/0001-39 36. 09.797.515/0001-39 37. 09.797.515/0001-39 38. 09.797.515/0001-39 39. 09.797.515/0001-39 40. 09.797.515/0001-39 41. 09.797.515/0001-39 42. 09.797.515/0001-39 43. 09.797.515/0001-39 44. 09.797.515/0001-39 45. 09.797.515/0001-39 46. 09.797.515/0001-39 47. 09.797.515/0001-39 48. 09.797.515/0001-39 49. 09.797.515/0001-39 50. 09.797.515/0001-39 51. 09.797.515/0001-39 52. 09.797.515/0001-39 53. 09.797.515/0001-39 54. 09.797.515/0001-39 55. 09.797.515/0001-39 56. 09.797.515/0001-39 57. 09.797.515/0001-39 58. 09.797.515/0001-39 59. 09.797.515/0001-39 60. 09.797.515/0001-39 61. 09.797.515/0001-39 62. 09.797.515/0001-39 63. 09.797.515/0001-39 64. 09.797.515/0001-39 65. 09.797.515/0001-39 66. 09.797.515/0001-39 67. 09.797.515/0001-39 68. 09.797.515/0001-39 69. 09.797.515/0001-39 70. 09.797.515/0001-39 71. 09.797.515/0001-39 72. 09.797.515/0001-39 73. 09.797.515/0001-39 74. 09.797.515/0001-39 75. 09.797.515/0001-39 76. 09.797.515/0001-39 77. 09.797.515/0001-39 78. 09.797.515/0001-39 79. 09.797.515/0001-39 80. 09.797.515/0001-39 81. 09.797.515/0001-39 82. 09.797.515/0001-39 83. 09.797.515/0001-39 84. 09.797.515/0001-39 85. 09.797.515/0001-39 86. 09.797.515/0001-39 87. 09.797.515/0001-39 88. 09.797.515/0001-39 89. 09.797.515/0001-39 90. 09.797.515/0001-39 91. 09.797.515/0001-39 92. 09.797.515/0001-39 93. 09.797.515/0001-39 94. 09.797.515/0001-39 95. 09.797.515/0001-39 96. 09.797.515/0001-39 97. 09.797.515/0001-39 98. 09.797.515/0001-39 99. 09.797.515/0001-39 100. 09.797.515/0001-39











**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: 621.959.014-99 CPF da Vítima: 621.959.014-99 Nome completo da vítima: Sailson de Arruda

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo	<u>Sailson de Arruda</u>			CPF titular da conta	<u>621.959.014-99</u>	Profissão	<u>Recuse</u>
Endereço	<u>Rua Temil Aspora</u>			Número	<u>81</u>	Complemento	<u>AP-104-BH-E</u>
Bairro	<u>Pina</u>	Cidade	<u>Recife</u>	Estado	<u>PE</u>	CEP	<u>51110-200</u>
Email						Telefone (DDD)	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00	
<input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção): <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NÚM. <u>10046</u> D/V <u>0</u> (Informar dígito se existir)		BANCO Nome <u>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</u> NÚM. <u>104</u> AGÊNCIA NÚM. <u>73099</u> D/V <u>0</u> (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Recife, 25 de julho de 2018  
Local e Data

Sailson de Arruda  
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

\_\_\_\_\_  
Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017

Resolução de Diretoria nº 216/2017 de 20/06/2017 e Resolução de Diretoria nº 216/2017 de 20/06/2017







Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**JAILSON DE ARRUDA  
(VITIMA)**

B.O. registrado por: **JOSE CARLOS VELOSO PEREIRA** - Matrícula: **3848035**

CONFERE COM  
O ORIGINAL



Accession number: 43160770640230530005958317317529312949901221259223210000039688190





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
Seção A da 8ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F: ( )

Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001

AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

## Despacho

**Defiro os benefícios da justiça gratuita, ante declaração apresentada na inicial e com fulcro nos artigos 98 e 99, §3º, ambos do NCPC.**

Determino que a Diretoria Cível providencie o seguinte:

1. Cite-se a parte demandada para, querendo, apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com as advertências dos artigos 344 e 345 do CPC/2015, entregando-lhe cópia da inicial. Expeça-se Carta Citatória.
2. Após juntada, intime-se a parte autora para Réplica através dos advogados habilitados, via sistema. Prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Tendo em vista o Convênio nº 014/2017-TJPE, firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça de Pernambuco quanto à realização de perícia nos processos de Seguro DPVAT, **nomeio como perito do juízo o médico PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM 16.868, TELEFONE 4101-0698.** Os honorários periciais serão suportados pela Seguradora Ré, mediante o **depósito judicial no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que deverá ser realizado em até 15 (quinze) dias úteis após a intimação da mesma para se manifestar sobre o laudo conclusivo.**

3. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos e assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante **§1º** do art. 465, NCPC.

Recepção de petição nº 0003832-43.2019.8.17.2001 - 00039705622

4. Expeça-se Carta com AR intimando o(a) autor(a) para que compareça no **dia 12 de março de 2019 (terça-feira) das 08h às 10h (manhã), por ordem de chegada**, devidamente munido (a) de todos os exames médicos (inclusive Raio X, se houver) recentes e realizados à época dos fatos, bem como demais documentos relacionados ao acidente, para se submeter ao exame pericial no endereço a seguir:







Resolución de la Junta de Gobierno de la Universidad de Sevilla, de 19 de mayo de 2014, por la que se aprueba el Plan de Investigación de la Universidad de Sevilla para el periodo 2014-2018.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECIFE, 25 de janeiro de 2019.

#### CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

##### Destinatário(s):

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A  
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 15 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

##### **Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

- 1 – Acesse o link: <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>
- 2 – No campo “Número do Documento”, digite: 19012216592024300000039686082

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:

<https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de **Sistema de Cadastro de Advogados** para acesso ao sistema. Para isso, o advogado deverá se cadastrar no sistema através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).





**ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO**  
***Diretoria Cível do 1º Grau***  
***Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara***

---

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.

<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> 3E60F7509568E554B80BE93B2B48813 0EeAlisMrt7A-C1861Z5025Z89552009 0Q093824681





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

#### INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 8ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 40290231, conforme segue transcrito abaixo:

*"Defiro os benefícios da justiça gratuita, ante declaração apresentada na inicial e com fulcro nos artigos 98 e 99, §3º, ambos do NCP. Determino que a Diretoria Cível providencie o seguinte: 1. Cite-se a parte demandada para, querendo, apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com as advertências dos artigos 344 e 345 do CPC/2015, entregando-lhe cópia da inicial. Expeça-se Carta Citatória. 2. Após juntada, intime-se a parte autora para Réplica através dos advogados habilitados, via sistema. Prazo de 15 (quinze) dias úteis. Tendo em vista o Convênio nº 014/2017-TJPE, firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça de Pernambuco quanto à realização de perícia nos processos de Seguro DPVAT, nomeio como perito do juízo o médico PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM 16.868, TELEFONE 4101-0698. Os honorários periciais serão suportados pela Seguradora Ré, mediante o depósito judicial no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que deverá ser realizado em até 15 (quinze) dias úteis após a intimação da mesma para se manifestar sobre o laudo conclusivo. 3. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos e assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante §1º do art. 465, NCP. 4. Expeça-se Carta com AR intimando o(a) autor(a) para que compareça no dia 12 de março de 2019 (terça-feira) das 08h às 10h (manhã), por ordem de chegada, devidamente munido (a) de todos os exames médicos (inclusive Raio X, se houver) recentes e realizados à época dos fatos, bem como demais documentos relacionados ao acidente, para se submeter ao exame pericial no endereço a seguir: Rua General Joaquim Inácio, 830, sl 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife - PE, telefone: 81 4101-0698. Ponto de referência - quase em frente ao restaurante Skillus da Ilha do Leite. Deverá constar da intimação o seguinte: a) A advertência de que o não comparecimento, sem justo motivo, ensejará a preclusão temporal da prova e improcedência do pedido. b) O dever de manter atualizado o endereço declarado na inicial, nos termos do parágrafo único, do artigo 274 do novo Código de Processo Civil, presumindo-se válidas as intimações realizadas naquele constante da exordial. Determino que sejam respondidos os quesitos apresentados pelas partes, bem como os formulados a seguir: 1) se a lesão apresentada pelo(a) autor(a) é permanente ou temporária, e se existe alguma possibilidade de recuperação por alguma medida terapêutica; 3) qual o grau de repercussão da lesão, intensa, média ou leve, com base no art. 3º, parágrafo 1º, inciso II da lei 6.194/74, alterada pela lei 11.945/09. 5. Intime-se o perito através do sistema e/ou do e-mail pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com. O Laudo Pericial deverá ser concluído e encaminhado a este Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. 6. Recepcionado o laudo pericial, intimem-se as partes para, querendo, se*



*pronunciarem sobre o laudo do perito, no prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, conforme preceitua o art. 477, §1º do NCPC. No mesmo prazo, deverá a seguradora ré depositar em juízo os honorários do perito. Ressalta-se que as partes podem a qualquer momento, realizar um acordo extrajudicial, trazendo-o para homologação por este juízo. 7. Realizada a perícia e efetuado o depósito, nada mais havendo, para fins de celeridade processual, expeça-se o Alvará Judicial em favor do perito e voltem para minutar sentença. Cumpra-se. Recife/PE, 23 de janeiro de 2019. Dilza Christine Lundgren de Barros Juíza de Direito "*

RECIFE, 25 de janeiro de 2019.

**ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura digital: 3160F7503568535A3B8E163B2B488D310E-AleArt17A-C18617502528039200902093824682







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECIFE, 25 de janeiro de 2019.

**CARTA DE INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** JAILSON **DE** ARRUDA  
**Endereço:** AV JEMIL ASFORA, 81, Apt 104, BL E, PINA, RECIFE - PE - CEP: 51110-200

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) do teor do(a) DESPACHO, proferido(a) na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(s) integrante(s) deste.

**DESPACHO, EM PARTE:** "[...] 4. Expeça-se Carta com AR intimando o(a) autor(a) para que compareça no dia **12 de março de 2019 (terça-feira) das 08h às 10h (manhã)**, por ordem de chegada, devidamente munido (a) de todos os exames médicos (inclusive Raio X, se houver) recentes e realizados à época dos fatos, bem como demais documentos relacionados ao acidente, para se submeter ao exame pericial no endereço a seguir: Rua General Joaquim Inácio, 830, sl 812, Empresarial The Plaza Bussiness Center, Ilha do Leite, Recife - PE, telefone: 81 4101-0698. Ponto de referência - quase em frente ao restaurante Skillus da Ilha do Leite. Deverá constar da intimação o seguinte: a) A advertência de que o não comparecimento, sem justo motivo, ensejará a preclusão temporal da prova e improcedência do pedido. b) O dever de manter atualizado o endereço declarado na inicial, nos termos do parágrafo único, do artigo 274 do novo Código de Processo Civil, presumindo-se válidas as intimações realizadas naquele constante da exordial. Determino que sejam respondidos os quesitos apresentados pelas partes, bem como os formulados a seguir: 1) se a lesão apresentada pelo (a) autor (a) decorre do acidente indicado nestes autos; 2) se a lesão apresentada pelo (a) autor (a) é permanente ou temporária, e se existe alguma possibilidade de recuperação por alguma medida terapêutica; 3) qual o grau de repercussão da lesão, intensa, média ou leve, com base no art. 3º, parágrafo 1º, inciso II da lei 6.194/74, alterada pela lei 11.945/09. 5. Intime-se o perito através do sistema e/ou do e-mail [pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com](mailto:pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com). O Laudo Pericial deverá ser concluído e encaminhado a este Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. 6. Recepcionado o laudo pericial, intem-se as partes para, querendo, se pronunciarem sobre o laudo do perito, no prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, conforme preceitua o art. 477, §1º do NCPC. No mesmo prazo, deverá a seguradora ré depositar em juízo os honorários do perito. Ressalta-se que as partes podem a qualquer momento, realizar um acordo extrajudicial, trazendo-o para homologação por este juízo. 7. Realizada a perícia e efetuado o depósito, nada mais há a ser feito. 8. O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br). Cumpra-se. Recife/PE, 23 de janeiro de 2019. Dilza Christine Lundgren de Barros Juíza de Direito "

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:



A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tje.jus.br](http://www.tje.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.

Nucleotide sequence accession number: F067598568





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO**

Ilmo Sr., em face do despacho de ID 40290231 proferido nos autos do processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001 da Seção A da 8ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: JAILSON DE ARRUDA contra RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do Despacho que segue transcrito abaixo:

"[...] Tendo em vista o Convênio nº 014/2017-TJPE, firmado entre a Seguradora Lider e o Tribunal de Justiça de Pernambuco quanto à realização de perícia nos processos de Seguro DPVAT, nomeio como perito do juízo o médico PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM 16.868, TELEFONE 4101-0698. Os honorários periciais serão suportados pela Seguradora Ré, mediante o depósito judicial no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que deverá ser realizado em até 15 (quinze) dias úteis após a intimação da mesma para se manifestar sobre o laudo conclusivo. 3. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos e assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante §1º do art. 465, NCPC. 4. Expeça-se Carta com AR intimando o(a) autor(a) para que compareça no dia 12 de março de 2019 (terça-feira) das 08h às 10h (manhã), por ordem de chegada, devidamente munido (a) de todos os exames médicos (inclusive Raio X, se houver) recentes e realizados à época dos fatos, bem como demais documentos relacionados ao acidente, para se submeter ao exame pericial no endereço a seguir: Rua General Joaquim Inácio, 830, sl 812, Empresarial The Plaza Bussiness Center, Ilha do Leite, Recife - PE, telefone: 81 4101-0698. Ponto de referência - quase em frente ao restaurante Skillus da Ilha do Leite. Deverá constar da intimação o seguinte: a) A advertência de que o não comparecimento, sem justo motivo, ensejará a preclusão temporal da prova e improcedência do pedido. b) O dever de manter atualizado o endereço declarado na inicial, nos termos do parágrafo único, do artigo 274 do novo Código de Processo Civil, presumindo-se válidas as intimações realizadas naquele constante da exordial. Determino que sejam respondidos os quesitos apresentados pelas partes, bem como os formulados a seguir: 1) se a lesão apresentada pelo (a) autor (a) decorre do acidente indicado nestes autos; 2) se a lesão apresentada pelo (a) autor (a) é permanente ou temporária, e se existe alguma possibilidade de recuperação por alguma medida terapêutica; 3) qual o grau de repercussão da lesão, intensa, média ou leve, com base no art. 3º, parágrafo 1º, inciso II da lei 6.194/74, alterada pela lei 11.945/09. 5. Intime-se o perito através do sistema e/ou do e-mail pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com. O Laudo Pericial deverá ser concluído e encaminhado a este Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. 6. Recepcionado o laudo pericial, intimem-se as partes para, querendo, se pronunciarem sobre o laudo do perito, no prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, conforme preceitua o art. 477, §1º do NCPC. No mesmo prazo, deverá a seguradora ré depositar em juízo os honorários do perito. Ressalta-se que as partes podem a qualquer momento, realizar um acordo extrajudicial, trazendo-o para homologação por este juízo. 7. Realizada a perícia e efetuado o depósito, nada mais havendo, para fins de celeridade processual, expeça-se o Alvará Judicial em favor do perito e voltem para minutar sentença. Cumpra-se. Recife/PE, 23 de janeiro de 2019. Dilza Christine Lundgren de Barros Juíza de Direito"

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.





Atenciosamente

RECIFE, 25 de janeiro de 2019.

**ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura digital: 3160F75095685B43B0E0302B4884310E-AleM17A-C186125025280912010902093894684



Ciente.

Até o dia 15 de maio de 2019, o prazo para a apresentação de recursos é de 15 dias.



## CONTESTAÇÃO

Número de processo: 41400802-0/2019-1, em trâmite no Juízo da 1ª Vara de Família e Sucessões, com o endereço eletrônico: [juiz1a@tjmg.jus.br](mailto:juiz1a@tjmg.jus.br), para contestação.







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE / PE

Processo: 00038324320198172001

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JAILSON DE ARRUDA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Resposta da Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. em 18/11/2019. Nº 00000040795704



### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **31/05/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **19/07/2018**.

Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação se afigura totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

Atos processuais realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



## DO MÉRITO

### DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

## DO MÉRITO

### DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>4</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>5</sup>.

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI Nº 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFERTA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INVALIDEZ ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup>Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”





Frise-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>6</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>7</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>8</sup>.

<sup>6</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 68 VIII da Lei nº 8.078/90.** 3. **Recurso a quo se dá movimento com base no artigo 557, § 1º, A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

<sup>7</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”



Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

## CONCLUSÃO

Em primeiro plano requer que seja a presente demanda julgada extinta com fundamento no artigo 485 inciso VI do CPC ante a falta de interesse processual do autor.

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Desta feita requer a Ré que seja a presente demanda julgada improcedente com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Accession number: 1811342424790000040795704

<sup>8</sup>art. 1<sup>o</sup>. (...)

52º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do juízoamento da ação.







### QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Resposta do Sr. Perito: 1 - Há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-pentoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retrada cirúrgica) do baço					

Respostas de João Barboza Adv. Ltda. - CNPJ nº 18.139.024/0001-00 - Inscrição Estadual nº 181390240000040795704



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na 30225 - OAB/PE os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JAILSON DE ARRUDA**, em curso perante a 8ª VARA CÍVEL da comarca de RECIFE, nos autos do Processo nº 00038324320198172001.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2019.

W

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Accession number: 1811342424790000040795704

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de JAILSON DE ARRUDA . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 20 de fevereiro de 2019

**FRANCISCA SAMPAIO MAGALHAES**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura eletrônica de FRANCISCA SAMPAIO MAGALHAES em 20/02/2019 00:08:59  
Número do processo: 0003832-43.2019.8.17.2001





PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

Nome: JAILSON DE ARRUDA		DESTINATAIRE	
Endereço: AV JEMIL ASFORA, 81, Apt 104, BL E, PINA, RECIFE - PE - CEP: 51110-200			
CE	0003832-43.2019.8.17.2001	ID	40411953
INTIMAÇÃO		3	UF PAIS / PAYS
Seção A da 8ª Vara Cível da Capital			

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

*X Waltero*

*Mat. 8. 17.632-5*

Nº DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

FC0463 / 16

114 x 186 mm



**Correios** **AVISO DE RECEBIMENTO** **AR**

**AVIS CNO7**

DATA DE POSTAGEM / JOUR DE DÉPÔT: 31/01/2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU D'EXPÉDITION: 31/01/2019

CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO: 49860 511 754 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FORUM DESEMBARGADOR RUDOLFO AURELIANO - P. 1º ANDAR

CIDADE / LOCAL: AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº

ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

BRASIL

BRÉSIL





PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOC. DO DESTINATÁRIO / OBJET. / NOM. OU RAISON SOC. DU DESTINATAIRE

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 15 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO  
- RJ - CEP: 20031-205

CEP: 0003832-43.2019.8.17.2001 ID: 40411951 2  
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção A da 8ª Vara Cível da Capital

UF PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Maycon Mendonça de Lima  
RG: 20.748.102-9

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORIGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA / NAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE / EMPLOYÉ

Paulo Roberto  
Matr: 8.324.377-1

PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 166 mm







## JUNTADA DE PROCURAÇÃO E ATOS CONSTITUTIVOS

Atos e papeis da Junta de Procucação e Atos Constitutivos do Estado de São Paulo, 1414103204320000041764906





4896509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 33300284706  
CNPJ: 06.916.037/0001-10

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C696  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. L. Serwinger  
Secretário Geral



convocada.



4986510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.  
Página 4 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 33300284798  
Nº do Registro: 1414103201600020041764934

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral







4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nº: 33300284786

141410323049500020041764934

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo T.S. Berwanger  
Secretário Geral





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, realizada em 17 de março de 2016, em 14/10/2016, sob o NIRE 33300284796 e DATA ABAIXO.  
Certificação: 4BF9A0C86883B2847C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





4998513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284788

Resolução de homologação nº 25607 de 10/10/2018, publicada no Diário Oficial do RJ em 10/10/2018, sob o nº 1414032509500020041764934

Bernardo R.S. Schweigert  
Secretário Geral

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2018, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018







4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33300284796

Protocolo: 00002959803 - 27/03/2018

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2018, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018

Assinatura de quem outorga

Bernardo F.S. Serwanger  
Secretário Geral







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 33300284708  
Protocolo: 002035973195 - 27/04/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo R. S. Berwanger  
Secretário Geral



12/1



**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** – A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** – Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** — Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284756  
CNPJ: 06.908.000/0001-90, Inscricao Estadual: 141403258950000008, 1764934

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Gerwanger  
Secretário Geral

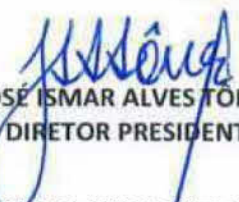




## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

Reconheço a autenticidade das assinaturas de: **HELIO BITTON RODRIGUES** e **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES** (X0000524453) em 08 de fevereiro de 2018.

Em testemunho da verdade.

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.

EDUP-16801 HZ, RUA 36932 BR

<https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 10 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-1000  
ADB2B590  
088574

Conf. por: Serventia TJPUBLICOS  
Total

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ  
Paula Cristina A. D. Gaspar  
3.9% Escrevente  
JGTRB 40062 série 09077 ME  
Aut. 2015 3ª Lei 8.926/94











Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Tipo Jurídica

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC53023-0730-4222-8033-7CC9943BA9D4



## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
XXX	XXX	XXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XXX	XXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XXX	XXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XXX	XXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Nº do Protocolo: 00-2018/017153-4 Data de criação: 26/01/2018 Data de protocolo: 26/01/2018 Nº do documento: 00003131303-18/12/2017

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 sob o NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: ED6974386FA48220CF084856AFAD5E3F8FFD5CF68740F233E496AFDA28E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo.

Pág. 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Mauricio Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha,

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

*CR* *Ismael*

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD69743867A4E220CFDE4B56AFAD5ECF5FFD5CF68740Y233E496AFDA80E1Y88	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, Inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tórres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures*

Nº 42389403 - Pág. 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017193-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00203149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFD64856APADECECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



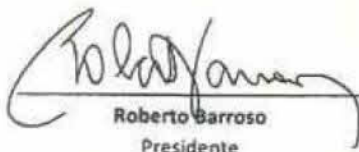


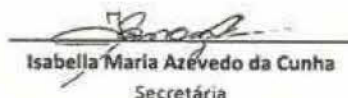
**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017133-4 Data do protocolo: 28/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CF0E4B36AF0E5ECF8FFD3CF68740F233E496ATDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancelaDigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancelaDigital</a> , informe o nº do protocolo. Pag. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TÔRRES

Assinatura eletrônica de JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES em 14/12/2017 às 14:14:02.3859500320081764945

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2016/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADZSECF8FF05CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

HÉLIO BITTON RODRIGUES

Assinatura eletrônica: 33.3.0028479-6 09.248.608/0001-04 1414/02389403 0000081764945

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD69T4386FA48220CFDE4B56AFAD5E6CF6FFD5CF68740F233E496AFDA30E1TB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13











4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Notificação de registro em 14/10/2016, sob o nº 1414/02389403-1764945  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11B12475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002969803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284786  
Protocolo: 00002959803 - 11/10/2016

Resolução de Registro nº 1414/02389403-1764945

Bernardo F. S. Benavente  
Secretário Geral

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86863B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Lauda anexo.

Assessoria Jurídica - 14200562442500920093244800



EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DA 8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL SEÇÃO A

PROC.: 0003832-43.2019.8.17.2001

RECLAMANTE: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP 19033820407, médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, considerando o termino da sua lide e a entrega do laudo médico pericial

Solicitar a liberação de seus honorários, por meio de alvará e que seja informado quando for liberado.

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 14 de março de 2019.



Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho  
CRM 16.868  
Médico Perito

Assinatura eletrônica do perito: Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM 16.868, CPF 009.226.694-06, PIS/PASEP 19033820407, médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, considerando o termino da sua lide e a entrega do laudo médico pericial

☎ 51 4101 0992

✉ paulomenes@periciasmedicas.dpvataguarda.com





Nº do processo: 0003832-43.2019.8.12.0001

Telefone:

98863-2474

Nome Completo: Jailson de Arruda

Assinatura do Reclamante: Jailson de Arruda

CPF: 621 449 014-49

Vara: 8ª Vara Civil Suca R

**Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes**

**Informações do Acidente**

Local do Acidente:

Rua - PE

Data do Acidente: 31/05/2018

**Avaliação**

I) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não

**Só prosseguir em caso de resposta afirmativa**

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

punho ES direito

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

fratura do Escafóide Esquerdo submetido a tratamento cirúrgico

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim b) ☒ Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

dor crônica + edema + rigidez importante do punho ES direito

V) Em virtude da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- a) ☐ Sim, em que prazo: \_\_\_\_\_  
b) ☒ Não

Em caso de enquadramento da opção "a" ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto em instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).  
b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental).

Assinatura do Perito: Paulo Menezes



perícia médica

Paulo Menezes  
Perícia Médica  
CRM/PE 16868  
CPF 019 226 694 06



# PAULO MENEZES

## PERÍCIAS MÉDICAS

b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento  
Anatômico

Marque o percentual

1º Lesão

PNW ESQUER- ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
do ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

**Observação:** Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Data da realização do exame médico legal:

12/03/2019

Paulo Menezes

Perícia Médica

CRM/PE 14868

CPF 011.26.694.06

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM-PE: 16.868

### Informações Complementares

Assinatura do perito: Paulo Menezes, CRM/PE 14868, CPF 011.26.694.06, Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868.

pmenezes.periciamedica@gmail.com





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

**Seção A da 8ª Vara Cível da Capital**

**Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001**

AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que habilei, nesta data, RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB/PE 25.393, como advogada da parte ré. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 2 de abril de 2019.

**BIANCA ARAUJO DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura eletrônica: 143169472005405832010032034975102e0452e1970954000209540863400000042624343





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

**Seção A da 8ª Vara Cível da Capital**

**Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001**

AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)s Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta a(s) reconvenção(ões), caso apresentada(s).

RECIFE, 2 de abril de 2019.

**BIANCA ARAUJO DA SILVA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

Assinatura eletrônica: 1436647209551991000000042624459; 02/04/2019 09:55:43





Segue anexo.

Nspw pje je poudanet 19647 P 0355262506006387753 N/E 0804120499040815695595200000042876535



**PESSOA TOMÉ**  
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA  
8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE – ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCESSO N° 0003832-43.2019.8.17.2001

JAILSON DE ARRUDA, já devidamente qualificado nos autos da presente, **AÇÃO DE COBRANÇA** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, vem respeitosamente perante a inclita presença de V. Ex<sup>a</sup>., por meio de seu bastante procurador e Advogado que a esta subscreve, com habilitação já firmada por instrumento procuratório anexo na exordial, fazer cumprir o retro ato ordinatório, pelos fatos e direitos a seguir delineados, para **IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO** apresentada pela parte ré da demanda como passa a expor:

**- PRELIMINARMENTE**

MM. Douto Juiz, a parte autora, impugna as alegações levantadas pela demandada, por não correlacionarem com a verdade, apresentando argumentos infundados, de forma genérica **com a finalidade exclusiva de protelar ainda mais o processo em questão.**

Portanto não **MERECE PROCEDENCIA** sua contestação, uma vez que o autor foi diagnosticado com por meio de exames, anexados à inicial, que o mesmo sofreu uma **FRATURA DO ESCAFÓIDE ESQUERDO**, fratura no braço esquerdo, bem como escoriações na perna direita, de acordo com o Dr. Bruno Candido Monteiro da Silva. CRM 24221. prontuário 10770856.

Até a presente data o autor faz uso de inúmeros medicamentos para controlar as dores, bem como possui grande dificuldade em realizar atividades cotidianas.

**Razão pela qual o autor faz jus ao complemento da indenização** correspondente a sua extrema gravidade, que o deixa até a presente data inapto para exercer atividades diárias.

[illegible]

Conforme prevê a Lei nº 6.194/74, a qual regula o pagamento dessas indenizações, o valor a ser pago no caso de invalidez é o equivalente a **40**

Rua José de Alencar, 522 – Edf. Visconde de Goiana, Sala 02 – Boa Vista – Recife/PE – CEP:



# PESSOA TOMÉ

## ADVOGADOS

vezes o maior salário mínimo vigente no País na ÉPOCA DO PAGAMENTO.

Com isso esta contestação não merece prosperar, visto que a parte autora comprovou nos autos o nexo causal entre os danos e o acidente, estando tudo devidamente comprovado através do Boletim de ocorrência, certidão do Acidente, Laudos médicos e resultado de exames que comprovam suas lesões.

Urge expor Excelência, que o autor apresentou exames, laudos suficientes para demonstrar suas lesões, e mesmo assim vem causando uma grande limitação funcional de intensa dor, bastante doloroso para qualquer tipo de movimento.

É válido ressaltar doutor julgador, que os documentos médicos juntados pelo Autor são suficientes para constatar a invalidez permanente, tampouco comprovam que os ferimentos decorreram de acidente, causando um grande abalo físico e psíquico no autor.

Portanto, há plena razoabilidade no pedido do Autor a este Juízo, tendo em vista que os danos físicos e psicológicos sofridos se equivalem aos casos em que é devida indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Urge ressaltar Excelentíssimo, que qualquer vítima de acidente envolvendo veículo, inclusive motoristas e passageiros, ou seus beneficiários, pode requerer a indenização do DPVAT, mesmo sendo na Via administrativa ou Judicial para pleitear seus direitos.

As indenizações são pagas individualmente, não importando quantas vítimas o acidente tenha causado.

Além disso, mesmo que o veículo não esteja em dia com o DPVAT ou não possa ser identificado, as vítimas ou seus beneficiários têm direito à cobertura.

Assim, em decorrência de comprovados danos, o requerentes faz jus ao pagamento complementar do seguro obrigatório junto à companhia de seguros, ora requerida, como acima mencionado, valor indenizatório o qual é de direito dele e deve ser disponibilizado como a própria Lei 6.194/74 reconhece.

Para tanto, os requerentes tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, ~~inciso II e III, pois não é um direito que lhe assiste~~ não é justo que o requerente, além de sofrer danos irreversíveis à sua saúde, ainda não poder usufruir do que lhes é de direito, ou seja a indenização.

Rua José de Alencar, 522 – Edf. Visconde de Goiana, Sala 02 – Boa Vista – Recife/PE – CEP:





# PESSOA TOMÉ

## ADVOGADOS

Sendo assim, conforme prevê a Lei nº 6.194/74, a qual regula o pagamento dessas indenizações, o valor a ser pago no caso de invalidez é o equivalente a 40 vezes o maior salário mínimo vigente no País na ÉPOCA DO PAGAMENTO.

É válido ressaltar, mais uma vez, a publicação da SÚMULA 474 PELO STJ, que veio a determinar que **“a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”**, a qual, rendendo homenagens aos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade, avalizou o pagamento do Seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez sofrido pelo Autor, concluindo pela inexistência de qualquer lógica de comércio ou prejuízo ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

É imperioso destacar que o Autor apresentou todo documento que comprove a veracidade dos fatos alegados na peça exordial, **com laudos, exames médicos, atestados e receitas médicas.**

**Destaca-se que, no documento público Boletim de Ocorrência ID: 18E0101003079, esclarece o acontecido, comprovando a efetiva veracidade do fato.**

Desta maneira, o Boletim de Ocorrência tem fé pública, sendo suficiente para demonstrar o seu total valor, comprobatório do ocorrido, disposto a elucidar, para dar o devido Deferimento à Majoração indenizatória.

Este mérito julgador são em suma, os fatos que norteiam a presente demanda.

### Do Mérito

Conforme o **Boletim de Ocorrência nº 18E0101003079**, o autor compareceu na delegacia informando que no dia 01/09/2018, no período da tarde, estava trafegando pela Rua Leandro Barreto, no sentido Av. Liberdade, onde o veículo causador do acidente, repentinamente cruzou na frente do autor, fazendo com que o mesmo perdesse o controle da moto que estava conduzindo, vindo a cair na via pública.

Na queda, o autor caiu com todo o seu peso em cima do seu tornozelo, sendo atendido por uma unidade de atendimento pré-hospitalar de um grupamento de bombeiros que o removeu para a UPA do Curado II, onde recebeu os devidos cuidados.

Ao chegar no Hospital foi constatada uma fratura do perônio (fíbula) (S824), bem como uma fratura de maléolo lateral direito (S82.6).

Contudo, é válido salientar que até a presente data o autor faz uso de **inúmeros analgésicos para controlar as dores, bem como possui grande dificuldade em realizar atividades cotidianas.**

Rua José de Alencar, 522 – Edf. Visconde de Goiana, Sala 02 – Boa Vista – Recife/PE – CEP:





# PESSOA TOMÉ

## ADVOGADOS

Assim, em decorrência de comprovados danos, o requerente faz jus ao pagamento do seguro obrigatório junto à companhia de seguros, ora requerida, como acima mencionado, valor indenizatório o qual é de direito e deve ser disponibilizado como a própria Lei 6.194/74 reconhece.

O Autor JAILSON DE ARRUDA, prestava e presta a sua família total assistência econômica e financeira quando sofreu o acidente, pois era e, é responsável pelas obrigações que lhe cabiam por ser o único que possuía uma renda fixa mensal com seu trabalho na casa. Sendo assim, considerando o autor faz jus ao pagamento pleiteado.

Vale ressaltar que através de uma pesquisa simples no buscador Google, Excelência, valendo-nos dos termos “dificuldades recebimento DPVAT”, descobrimos que não é tão simples, como quer a ré fazer crer através de suas peças publicitárias, que as pessoas recebam o benefício a que têm direito.

*Recentemente a Rede Globo de Televisão veiculou matéria sobre a dificuldade que um casal da cidade de Itapetininga vinha sofrendo para conseguir o recebimento do seguro [\(http://globo.tv.globo.com/tv-tem-interior-sp/tem-noticias-1a-edicao-itapetiningaregiao/v/moradores-reclamam-das-dificuldades-para-receberoseguro-dpvat-em-itapetininga-sp/2695598/\)](http://globo.tv/globo.com/tv-tem-interior-sp/tem-noticias-1a-edicao-itapetiningaregiao/v/moradores-reclamam-das-dificuldades-para-receberoseguro-dpvat-em-itapetininga-sp/2695598/), situação parecida com a que viveu uma segurada de Joinville, cuja história, contada no site “Reclame Aqui” [\(http://www.reclameaqui.com.br/3919685/dpvat-seguros-seguradora-lider/dificuldade-do-recebimento-indenizacao-por-invalidez/\)](http://www.reclameaqui.com.br/3919685/dpvat-seguros-seguradora-lider/dificuldade-do-recebimento-indenizacao-por-invalidez/) revela o verdadeiro desrespeito com que a ré trata alguns de seus segurados.*

*Dificuldades para recebimento do seguro DPVAT <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/12/vitimas-enfrentam-dificuldades-em-receber-o-seguro-dpvat-em-maceio.html>*

Em matéria de destaque: **“Enfim, não sei mais a quem recorrer nem o que devo fazer. Fica claro o intuito de todos os envolvidos em dificultar ao máximo o processo da indenização que é MEU DIREITO! Simplesmente abusando o desrespeito com o cidadão que não quer nada mais do que receber uma indenização prevista em lei. O que mais chama a atenção é a propaganda que está sendo vinculada na mídia pelo DPVAT que o**

Rua José de Alencar, 522 – Edf. Visconde de Goiana, Sala 02 – Boa Vista – Recife/PE – CEP:



# PESSOA TOMÉ

## ADVOGADOS

**processo é simples e que não há necessidade de recorrer a terceiros para solicitar a indenização.** (grifos e destaques nossos)

Urge salientar que logo depois decidiu procurar seus direitos para reparação dos devidos valores a ser pagos, devido ao seu grave acidente causando danos irreversíveis para sua vida laborativa, com isso ingressar com a ação indenizatória em face do acidente, tendo este advogado, durante a triagem, identificado o seu pleno direito.

*“o documento público faz prova não só de sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença”.*

Vossa Excelência, vale ressaltar que o entendimento de que a certidão anexada aos autos cumpre de forma total o objetivo de “fazer prova do acidente e do dano decorrente” como é exigido pelo artigo 5º da Lei 6194/74, (redação não alterada pela lei 8.441/92).

Conclui-se, portanto, que a Certidão de Ocorrência juntada se mostra integralmente eficaz para os fins pretendidos por evidenciar pleno direito, com a segurança necessária, a ocorrência do acidente automobilístico. Resta, assim, concluído todos os requisitos para a percepção da indenização pleiteada.

Destarte, espera e confia, *data venia*, que seu **legítimo direito** não seja excluído da apreciação do Poder Judiciário.

Deste modo, o valor pertinente a indenização da garantia da Ação em epígrafe, a qual faz jus o requerente, na forma da Lei, alcançará o limite máximo de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), conforme prevê a Lei nº 6.194/74, I.** Uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente.

Por ser um seguro lapidado por caracteres sociais, a legislação embasadora deste instituto preocupou-se em facilitar ao máximo o acesso a essas indenizações.

Exige-se tão-somente a prova do acidente, feita através do registro da ocorrência no órgão policial competente, e da morte ou lesões pessoais, bem como da incapacidade, comprovadas pela certidão de óbito e relatório médico expedido, como regra geral, pelo Instituto Médico Legal, respectivamente. Reunida a documentação pelo interessado e entregue à companhia seguradora de sua preferência, integrante dos Consórcios DPVAT, em 30 (trinta) dias, conforme disposição legal, ser-lhe-á feito o pagamento da indenização reclamada. O prazo será de 15 (quinze) dias, todavia, para os acidentes ocorridos sob a vigência da anterior redação da Lei nº 6.194/74. Vencido esse lapso sem que a seguradora tenha saldado sua obrigação, pode o beneficiário valer-se de ação judicial para tal finalidade. Mister consignamos que tanto na liquidação administrativa quanto na judicial, será devido ao beneficiário, além da indenização, a correção monetária e os juros de mora correspondentes aos

Rua José de Alencar, 522 – Edf. Visconde de Goiana, Sala 02 – Boa Vista – Recife/PE – CEP:





# PESSOA TOMÉ

## ADVOGADOS

dias de atraso, contados do termo “*ad quem*” da trintena ou quinzena prevista na legislação.

Requer Vossa Excelência, que a indenização em dinheiro àqueles que experimentam danos pessoais oriundos de acidente de trânsito. Aliás, essa cobertura por invalidez permanente está expressa no já citado (art. 3º da Lei nº 6.194/74).

Por seu turno, o art. 4º do mesmo diploma nos indica a quem deve ser paga tal indenização:

*4º A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente, na sua falta, aos herdeiros legais.*

A situação do requerente se subsume perfeitamente à primeira parte do dispositivo, sendo **indiscutível**, então, sua qualidade de beneficiária do seguro em comento.

Uma vez mais é a **Lei nº 6.194/74** que nos esclarece a esse respeito:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

Resta Excelência, então, que a indenização por morte, no **Seguro DPVAT** Corresponde a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme inciso I. Nossa jurisprudência é enfática a esse respeito, havendo inúmeras decisões que afastam entendimento em contrário, tais como:

**APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340/2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).**

**TJ-MA - APELAÇÃO CÍVEL AC 105502010 MA (TJ-MA)**

**DATA DE PUBLICAÇÃO: 01/07/2010**

**Ementa: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO REJEITADA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. MORTE. SEGURO OBRIGATORIO. DPVAT . HERDEIROS. DIREITO A INDENIZAÇÃO DO ART. 3º , ALÍNEA B, DA LEI 6.194 /74. MANUTENÇÃO DOS HONORÁRIOS**

Rua José de Alencar, 522 – Edf. Visconde de Goiana, Sala 02 – Boa Vista – Recife/PE – CEP:







# PESSOA TOMÉ

## ADVOGADOS

*prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992);*

*§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.*

*§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente;*

*§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992);*

*§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).*

*§ 6º O pagamento da indenização também poderá ser realizado por intermédio de depósito ou Transferência Eletrônica de Dados - TED para a conta corrente ou conta de poupança do beneficiário, observada a legislação do Sistema de Pagamentos Brasileiro. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

*§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

### PEDIDOS FINAIS

Diante do exposto, requer que Vossa Excelência rejeite as preliminares levantadas pela ré, para que no mérito seja dada a total **PROCEDÊNCIA** da presente demanda, para assim condenar a ré nos exatos termos da inicial.

Desta forma, **IMPUGNA-SE IN TONTUM** as alegações da requerida, pois está claro e evidente o direito do autor ser indenizado, devido ao acidente sofrido, que, infelizmente, levou a uma grande lesão corporal, causando uma imensa limitação funcional do autor, conforme constata seu laudo médico.

Rua José de Alencar, 522 – Edf. Visconde de Goiana, Sala 02 – Boa Vista – Recife/PE – CEP:



# PESSOA TOMÉ

## ADVOGADOS

**ANTE AO EXPOSTO** e por tudo que dos autos consta, requer o indeferimento dos pedidos realizados na contestação, com a improcedência das preliminares e mérito para ao final Vossa Excelência **julgar totalmente procedente a presente ação**, com a condenação da Requerida conforme exordial acrescido de juros legais e atualização monetária desde a data do evento danoso (acidente), bem como, seja condenado no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios equivalente a 30% sobre o valor atualizado da ação.

### **Termos em que pede e espera deferimento**

Recife/PE, 08 de Abril de 2019.

**DR. ROMICEDES SILVESTRE TOMÉ**  
**OAB\PE 35.432**

**Jéssica Vitoria Moraes Da Silva**  
**Acadêmica de Direito**  
**CPF: 707.784.454-45**

Assinatura eletrônica: 1436647070465275300002876939 - Nº do documento: 43524305 - Data: 08/04/2019 - Hora: 16:56:27 - CEP: 51020-000 - Recife/PE

Rua José de Alencar, 522 – Edf. Visconde de Goiana, Sala 02 – Boa Vista – Recife/PE – CEP:





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 8ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 40290231, conforme segue transcrito abaixo:

*"6. Recepcionado o laudo pericial, intinem-se as partes para, querendo, se pronunciarem sobre o laudo do perito, no prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, conforme preceitua o art. 477, §1º do NCPC. No mesmo prazo, deverá a seguradora ré depositar em juízo os honorários do perito. Ressalta-se que as partes podem a qualquer momento, realizar um acordo extrajudicial, trazendo-o para homologação por este juízo. 7. Realizada a perícia e efetuado o depósito, nada mais havendo, para fins de celeridade processual, expeça-se o Alvará Judicial em favor do perito e voltem para minutar sentença. Cumpra-se. Recife/PE, 23 de janeiro de 2019. Dilza Christine Lundgren de Barros Juíza de Direito"*

RECIFE, 12 de abril de 2019.

**ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura eletrônica: 43768984-2019-04-12 14:53:58 - 43768984-2019-04-12 14:53:58 - 43768984-2019-04-12 14:53:58 - 43768984-2019-04-12 14:53:58



## IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL

Nipster@jefferson.edu 3106470053224510186094451526 DeleM@leao7x1N10430305202958506020003815326







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE / PE SEÇÃO A

Processo: **00038324320198172001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JAILSON DE ARRUDA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho, expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à **INVALIDEZ PERMANENTE**.

Cumprir esclarecer que em nenhum momento o autor requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicial, restando, portanto, carecedora do direito de ação, haja vista a ausência do interesse de agir.

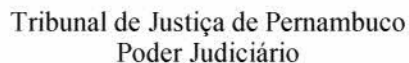
No caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020

Assinada eletronicamente por JAILSON DE ARRUDA, em 14/06/2019, às 14:02:00, com certificado digital válido até 14/06/2020, nº 303000320570620003815444







AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO  
Diretoria Cível do 1º Grau

Número de identificación: 1819667301257403648HMDPMD00DUT DE A LA LEY DA-09667302574036200002045498112



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
Seção A da 8ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001

AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

## Despacho

Determino que a Diretoria Cível providencie o seguinte:

1. Intime-se a parte Ré para juntar aos autos o comprovante de depósito dos honorários periciais, conforme determinado na intimação Id 43768984. **Prazo de 05 (cinco) dias úteis.**
2. Somente após juntada, intime-se o perito para prestar os esclarecimentos nos moldes do petitório Id 44482396, quais sejam, "*o elevado percentual de invalidez atestado, uma vez que não há nos autos documentos médicos que corroborem com a graduação.*"
3. Autorizo a expedição de alvará em favor do perito imediatamente após o depósito dos respectivos honorários pela seguradora Ré.
4. Com a juntada dos esclarecimentos, intimem-se as partes para se pronunciarem, **no prazo comum de 15 (quinze) dias úteis**, conforme preceitua o artigo 477, §1º, do CPC.
5. Cumpridas integralmente as determinações, retornem para minutar sentença.

Cumpra-se.

Recife/PE, 04 de junho de 2019.

Assinatura eletrônica de Dilza Christine Lundgren de Barros, inscrita no CNJ nº 1906036720992838200000045447470

**Dilza Christine Lundgren de Barros**





**Juíza de Direito**

Número de la obra: 1906045447470





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 8ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 46149084, conforme segue transcrito abaixo:

Despacho Determino que a Diretoria Cível providencie o seguinte: 1. Intime-se a parte Ré para juntar aos autos o comprovante de depósito dos honorários periciais, conforme determinado na intimação Id 43768984. Prazo de 05 (cinco) dias úteis. 2. Somente após juntada, intime-se o perito para prestar os esclarecimentos nos moldes do petítório Id 44482396, quais sejam, "o elevado percentual de invalidez atestado, uma vez que não há nos autos documentos médicos que corroborem com a graduação." 3. Autorizo a expedição de alvará em favor do perito imediatamente após o depósito dos respectivos honorários pela seguradora Ré. 4. Com a juntada dos esclarecimentos, intem-se as partes para se pronunciarem, no prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, conforme preceitua o artigo 477, §1º, do CPC. 5. Cumpridas integralmente as determinações, retornem para minutar sentença. Cumpra-se. Recife/PE, 04 de junho de 2019. Dilza Christine Lundgren de Barros Juíza de Direito

RECIFE, 10 de junho de 2019.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura eletrônica de DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES, inscrita no CPF nº 90600632919, inscrita no OAB nº 10045737030



ELABORAR JUNTADA DE DOCS

Aspirante de la Junta de Gobierno de la Universidad de la Salle - N.º 1717306/2019/0000046061062



RECIBO DO SACADO

<b>CAIXA</b>		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 11130.237594 9 78920000030000	
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271700961904182	Nosso Número 14000000111302375-1	Vencimento 17/05/2019	Valor do Documento 300,00	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):			(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado	
TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: 08A VARA CÍVEL  PROCESSO: 00038324320198172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: JAILSON DE ARRIDA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR CONTA: 2717 040 01738477-2 Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID: 040271700961904182 OBS: HONORARIOS PERICIAIS				
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR			CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	
Sacador/Avalista:			UF: CEP: CPF/CNPJ:	

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

<b>CAIXA</b>		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 11130.237594 9 78920000030000	
Local de pagamento <b>PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA</b>			Vencimento 17/05/2019	
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 18/04/2019	Nº do documento 040271700961904182	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 18/04/2019
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Nosso Número 14000000111302375-1
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):			(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos	
TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: 08A VARA CÍVEL PROCESSO: 00038324320198172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: JAILSON DE ARRIDA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR CONTA: 2717 040 01738477-2 Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID:				





OBS:HONORARIOS PERICIAIS

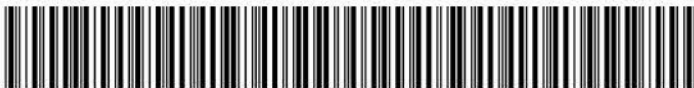
(=) Valor Cobrado

Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR

CPF/CNPJ:  
09.248.608/0001-04

Sacador/Avalista:

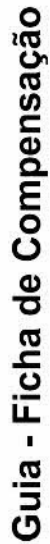
UF: CEP:  
CPF/CNPJ:



Autenticação - Ficha de Compensação

Autenticação - Ficha de Compensação - 18/04/2019 15:29 - 46774891 - Pág. 2





# Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELADA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	29/04/2019	0	0
DATA DA GUITA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
29/04/2019	00038324320198172001		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE	Vara Cível	RÉU	300,00
NOME DO RÉU / IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
JAILSON DE ARRUDA		FÍSICA	62144901449
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
686818APD4F0D6C			

Nspwprjelejosdandf31e06f1709562023a13080e11a150e New Lead 3x-NIS06-1717306/23219300018046061066





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00038324320198172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JAILSON DE ARRUDA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada da **FICHA DE COMPENSAÇÃO E RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 13 de junho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Assinatura eletrônica de João Barbosa Advogados Associados em 13/06/2019 às 17:17:30. Nº 1717306/2019-0000046061067



Atsperi pabeigta 1997. gada 31. decembra stāvokļa pārbaude. Debitors Nr. 1717306/202990000046061067







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 8ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 46149084, conforme segue transcrito abaixo:

*"Determino que a Diretoria Cível providencie o seguinte: 1. Intime-se a parte Ré para juntar aos autos o comprovante de depósito dos honorários periciais, conforme determinado na intimação Id 43768984. Prazo de 05 (cinco) dias úteis. 2. Somente após juntada, intime-se o perito para prestar os esclarecimentos nos moldes do petição Id 44482396, quais sejam, "o elevado percentual de invalidez atestado, uma vez que não há nos autos documentos médicos que corroborem com a graduação." 3. Autorizo a expedição de alvará em favor do perito imediatamente após o depósito dos respectivos honorários pela seguradora Ré. 4. Com a juntada dos esclarecimentos, intem-se as partes para se pronunciarem, no prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, conforme preceitua o artigo 477, §1º, do CPC. 5. Cumpridas integralmente as determinações, retornem para minutar sentença. Cumpra-se. Recife/PE, 04 de junho de 2019. Dilza Christine Lundgren de Barros Juíza de Direito"*

RECIFE, 17 de julho de 2019.

**ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinada eletronicamente em 17/07/2019 às 15:58:08 por ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO, no âmbito do processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001, sob o ID 46149084.



Anexo esclarecimento solicitado.

**Número de identificação do processo**: 07-12965-0/2015-DE FERNANDO GOMES LUTERAN DE MENEZES Nº 0811500565/9842019-020036393258



EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DA 8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL SEÇÃO A

PROC.: 0003832-43.2019.8.17.2001

RECLAMANTE: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, CPF 009.226.694-06, PIS/PASEP 19033820407, médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem apresentar **ESCLARECIMENTOS AO LAUDO PERICIAL** e informar que:

- Para a confecção da conclusão pericial são levados em consideração a história do acidente, documentos acostados aos autos, exame físico realizado durante a perícia e documentos médicos trazidos ao ato médico-pericial. No caso em tela, todos esses elementos foram analisados minuciosamente para a majoração das sequelas.

- O principal item a ser analisado para quantificar o grau de invalidez no caso em comento são as alterações funcionais encontradas no exame físico, que determinam a perda funcional expressiva no punho esquerdo do autor.

Dessa forma, reitero os termos do laudo pericial e mantenho o grau de invalidez parcial incompleta em 75% (setenta e cinco por cento) referente ao punho esquerdo da vítima, confirmados após exame físico minucioso realizado durante o ato médico-pericial.

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 15 de agosto de 2019.



Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho  
CRM 16.868  
Médico Perito

Assinatura eletrônica 436097-0003832-43.2019.8.17.2001 PAULO FERNANDO BEZERRA FILHO CRM 16.868 CPF 009.226.694-06 PIS/PASEP 19033820407

81 4101.0698

pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 8ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 46149084, conforme segue transcrito abaixo:

*"[...] 4. Com a juntada dos esclarecimentos, intemem-se as partes para se pronunciarem, no prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, conforme preceitua o artigo 477, §1º, do CPC. 5. Cumpridas integralmente as determinações, retornem para minutar sentença. Cumpra-se. Recife/PE, 04 de junho de 2019. Dilza Christine Lundgren de Barros Juíza de Direito "*

RECIFE, 5 de setembro de 2019.

**ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura eletrônica: 143697504555868066613 DE Almeida - 0897504055920000042556121







Alvará impresso.

Grato.

Nasiprijedje podan na 05769855767EUNDO95B5E7FRAID6.MANEZE99B10909375576200909049755633



SEGUE EM ANEXO,

Nspw/pj/ej/pj/candm/fc/05/Fr/0448EES06DMS7FEB95N/Ew/10Jan/20+99044148144808900000049799289



# PESSOA TOMÉ

## ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ DE DIREITO DA 8ª  
VARA CÍVEL DA CAPITAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Processo: 0003832-43.2019.8.17.2001

### Manifestação sobre o Laudo Médico Pericial

JAILSON DE ARRUDA, configurado como parte autora e já qualificado nos autos decorridos no tramite desta lide, intimado por V.Ex.<sup>a</sup> vem através desta **MANIFESTAR-SE** acerca do **LAUDO MÉDICO PERICIAL** disposto no **ID de nº 42430114** atestado pelo Sr. **Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM 16.868**. Fazendo assim nos termos que seguem:

1. Conforme o "item I" do laudo médico pericial, O Sr perito atesta a **existência da lesão** que fundamenta os pedidos em tramite, uma vez que a mesma é advinda de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre.

2. Mais adiante no "item III" o profissional técnico é claro ao atestar que **NÃO HÁ** tratamento, incluindo a reabilitação, para lesão em questão.

3. Afirma ainda o Sr. Perito a existência de dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas) "item IV-b", não sendo necessário a realização de novos exames médicos "item 1.V".

4. No que concerne ao "item VI" o expert afirma que a lesão é de tipo parcial incompleto e **compromete permanentemente** parte do patrimônio físico e/ou mental do autor, correlacionando-a com o grau de **INCAPACIDADE INTENSA (75%) do punho esquerdo**.

Assinada eletronicamente por JAILSON DE ARRUDA, em 10/08/2019, às 14h48m12s, com certificado digital nº 44831500000049799295

Recife / Boa Vista

☎ 81 3034.1688 / 81 99945.8474 ☎

✉ contato@pessoatome.adv.br / Pessoaatome.adv.br 🌐

Rua Alencar, nº 522 Sl. 02 - Boa Vista - Recife/PE  
Fone de Goiana

Recife / Afogados

☎ 81 3127.0015 / 99653.5127 ☎

✉ afogados@pessoatome.adv.br

Rua João Carlos Guimarães, nº 144 - Afogados - Recife/PE  
1º Andar - Sl. 101/103/104





# PESSOA TOMÉ

## ADVOGADOS

Sendo assim, pelos itens descritos acima, que comprovam a existência de lesão oriunda de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre como alegado pela autora na inicial, faz jus que a mesma seja indenizada em perdas e danos.

Diante do exposto e sem mais, requer o **ACOLHIMENTO DO LAUDO MÉDICO PERICIAL NA SUA INTEGRAL** para ao final julgar o feito com **PROCEDÊNCIA**.

**Pede deferimento,**

Recife/PE, 10 de setembro de 2019.

**Dr. Romicedes Silvestre Tomé**  
**OAB/PE: 35.432**

**EVERTHY KEYSS MIGUEL DA SILVA**  
**CPF: 125.855.694-46**  
**Acadêmico de Direito**

Assinatura eletrônica de Romicedes Silvestre Tomé, inscrita no Conselho Brasileiro de Intermediação de Serviços em Direito (CBISD) sob o nº 143699, inscrita no Conselho Brasileiro de Intermediação de Serviços em Direito (CBISD) sob o nº 143699, inscrita no Conselho Brasileiro de Intermediação de Serviços em Direito (CBISD) sob o nº 143699.

Recife / Boa Vista

☎ 81 3034.1688 / 81 99945.8474 ☎

✉ contato@pessoatome.adv.br / Pessoaatome.adv.br 🌐

Rua Alencar, nº 522 Sl. 02 - Boa Vista - Recife/PE  
Estado de Pernambuco

Recife / Afogados

☎ 81 3127.0015 / 99653.5127 ☎

✉ afogados@pessoatome.adv.br

Rua João Carlos Guimarães, nº 144 - Afogados - Recife/PE  
1º Andar - Sl. 101/103/104



## PETIÇÃO RATIFICANDO A MANIFESTAÇÃO

Assinatura do(a) interessado(a) em 14/06/2017 17:17:53 Nº 46774895-1



2567687- C3/ 2019-00580/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE – SEÇÃO A

Processo: 00038324320198172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JAILSON DE ARRUDA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., se manifestar acerca da petição do Perito.

Trata se de demanda onde o autor alega ter sido vítima de acidente automobilístico e que em decorrência deste veio a sofrer lesão de caráter permanente.

Assinada eletronicamente em 14/09/2019 às 14:43:00 por JAILSON DE ARRUDA, Advogado, inscrita no OAB/PE nº 1717699, com o nº de inscrição 1717699/2019, e com o nº de inscrição 1717699/2019.

Após a devida instrução o autor passou pela perícia judicial onde o expert atestou da seguinte forma, vejamos:



**Exame**  
**Anatômico**

**Marque o percentual**

1º Lesão

Punho Esquerdo ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve

do ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve

☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Outros exames:

Data da realização do exame médico legal:

12/03/2019

Paulo Menezes  
Perícia Médica  
CRM/PE 14868

CPF 011.16.694.06

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

A ré se manifestou solicitando esclarecimentos ao perito acerca da respectiva invalidez e sua graduação.

#### **- MANIFESTAÇÃO DO PERITO.**

- O principal item a ser analisado para quantificar o grau de invalidez no caso em comento são as alterações funcionais encontradas no exame físico, que determinam a perda funcional expressiva no punho esquerdo do autor.

Dessa forma, reitero os termos do laudo pericial e mantenho o grau de invalidez parcial completa em 75% (setenta e cinco por cento) referente ao punho esquerdo da vítima, confirmados após exame físico minucioso realizado durante o ato médico-pericial.

Nesses termos

Ocorre que, não há qualquer documento médico corroborando com tal lesão e tão pouco justifique o elevado percentual atestado pelo expert.

Assim, a perícia médica deve ser revista e o grau de invalidez deve ser reduzido para 25%.





<b>Número:</b> 3180341931	<b>Cidade:</b> Recife	<b>Natureza:</b> Invalidez Permanente
<b>Vítima:</b> JAILSON DE ARRUDA	<b>Data do acidente:</b> 31/05/2018	<b>Seguradora:</b> AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGURO

Data da análise: 13/08/2018

Perícia médica: Não

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO E ALTA MÉDICA.

Sequelas: Não definido

**Quantificação das sequelas:**

complementares:

**Observações:** SEGURADO COM PERSPECTIVA DE TRATAMENTO CONFORME DOCUMENTAÇÃO MÉDICA ANEXADA. NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES NO MOMENTO QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

[illegible]

Desta forma, pugna a Ré pela improcedência do pedido do autor com fundamento no artigo 487 inciso I do cpc ante a ausência de nexo causal eis que não foi vislumbrada a presença de invalidez permanente na vítima.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 17 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Assinatura eletrônica de João Barbosa, OAB/PE 4246, em 17/09/2019 às 17:09:29. Nº de identificação: 1709291600000170929





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
Seção A da 8ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001

AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

## Sentença

Vistos, etc.

Deus seja Louvado!

EMENTA: Ação De Cobrança. Seguro Obrigatório DPVAT. Sinistro Ocorrido Na Vigência Da Lei Nº 11.945/2009. Benefícios da Gratuidade da Justiça. Deferimento. Citação Efetivada. Perícia Determinada. Debilidade Permanente. Parcial Incompleta. Punho Esquerdo. 75% Intensa. Comprovação do Grau de Invalidez. Sem Preliminares. Pedido Administrativo. Cancelado por Inatividade. Indenização Devida. Procedência dos Pedidos. Extinção do Processo Com Resolução Do Mérito. Artigo 487, Inciso I, Do CPC.

### 1. RELATÓRIO

Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro DPVAT, devidamente instruída com Procuração, Boletim de Ocorrência, Prontuário Médico, Pedido Administrativo, **Certidão do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (relatando acidente ocorrido em 31/05/2018)** e outros documentos.

A parte autora alega, em resumo, que: **a)** foi vítima de acidente de trânsito, **em 31 de maio de 2018**, conforme Boletim de Ocorrência Id 40272513 e Certidão do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco Id 40271614; **b)** em decorrência do atropelamento sofreu debilidade permanente pela fratura do escáfóide esquerdo; **c)** requer a indenização de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), além das verbas sucumbenciais.



**Deferimento dos benefícios da Gratuidade da Justiça (Id 40290231)** e nomeação do perito do Juízo PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM 16.868. Intimação Id 40411952. Carta com AR (Id 41530495).

Citação Id 41775524. Contestação Id 41401029 acompanhada de documentos. A seguradora demandada aduz no mérito, dentre outras coisas, ausência de laudo do IML, necessidade de quantificação da invalidez, observância da súmula 474, do STJ.

**Laudo pericial Id 42430114 (PUNHO ESQUERDO, 75% INTENSA, PARCIALMENTE INCOMPLETA). Esclarecimentos do perito Id 49368097.**

Réplica Id 43524305.

**Depósito dos honorários periciais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), conforme Id 46774892. Alvará devidamente expedido (Id 50350518).**

**Manifestação da parte autora sobre o laudo do perito (Id 50589911) e da parte Ré (Id 50969448).**

Os autos vieram conclusos.

**É O RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

## **2. FUNDAMENTOS**

### **2.1. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

Tem-se, *in casu*, a hipótese prevista no art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, que impõe:

***Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas;***

À guisa de preliminares, passo à análise do mérito.

### **2.2. DO MÉRITO**

#### **2.2.1. Obrigatoriedade do Laudo do IML**

No tocante à ausência de documentos imprescindíveis à propositura da ação, entendo que não merece guarida dita alegação do Réu. Isto porque, não se faz necessária a instrução da inicial com perícia do IML, nem mesmo a apresentação de perícia, vez que poderá ser realizada durante o trâmite processual, como se observa no presente caso (Laudo Id 42430114).





### 2.2.2. Perícia Médica

O Laudo Pericial Id 42430114 foi elaborado por *expert*, nomeado por este Juízo, o qual possui legitimidade e competência, por se tratar de médico credenciado perante o Conselho Regional de Medicina.

Segundo a perícia em comento, a parte autora sofreu lesão no **PUNHO ESQUERDO, PARCIALMENTE INCOMPLETA**, com grau de incapacidade **INTENSA (75%)**, decorrente do acidente relatado na petição inicial.

### 2.2.3. Aplicação da Lei nº 11.945/2009 e Súmula 474 STJ

O art. 3º da Lei nº 6194 /74, alterado com o advento da Lei nº 11.945 /2009, fixou como valor máximo para indenização o montante de R\$ 13.500,00, observando-se a proporcionalidade do grau de invalidez permanente.

Segundo tabela constante da mencionada norma, **danos neste segmento corporal** impõem uma indenização de 25% do teto indenizável, qual seja R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).

A referida Lei impõe ainda que, além dessa primeira redução, seja feita outra, que deve levar em conta a intensidade das lesões. Esse, inclusive, é entendimento sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça (enunciado da Súmula 474, STJ):

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Segundo o laudo pericial, a intensidade da lesão no **TORNOZELO ESQUERDO** foi de **grau MÉDIO**, impondo uma nova redução de 75% sobre o valor de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), resultando na indenização de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**.

#### 2.2.4. Direito da Parte Autora

O caso deve ser visto em estrita obediência à Lei nº 6.194/1974.

A parte autora informa que entrou com o pedido de indenização administrativamente.

A parte demandada ratifica o pedido na esfera administrativa, bem como informa que ***“o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.”***

Assessoria de Planejamento 43190657-01-552-2407572006-5014-06785 NIEZ SARRROS 1909/189/266299407900700050211586

Nesse contexto, entendo que cabe à parte demandante a indenização de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**.



### 3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, para condenar a seguradora demandada ao pagamento do seguro DPVAT, no valor de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)** de indenização, devidamente atualizado pela tabela do ENCOGE, desde a data do acidente (Súmula 580, do STJ), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, estes contados desde a data da efetiva citação, ocasião em que se constituiu em mora a seguradora Ré, nos exatos termos do art. 405 do Código Civil vigente. Nesse sentido, **TEM-SE POR EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, a teor do art. 487, inciso I, do Diploma Processual Civil em vigor.

Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, §2º do CPC), bem como honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), estes já depositados e devidamente levantados pelo perito através de Alvará.

**Determino que a Diretoria Cível providencie o seguinte:**

- a) Se houver cumprimento voluntário, após juntada do comprovante de depósito judicial pela parte demandada, para fins de celeridade, **autorizo a expedição imediata** de alvará em favor da parte autora e do(a) advogado(a) habilitado(a), *com a informação de que deverão ser acrescidos juros e correção monetária, se houver.*
- b) Com o trânsito em julgado da sentença, intime-se a parte devedora (réu) para que, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, efetue o pagamento das custas finais, **sob pena de o valor do débito ser remetido à Procuradoria Geral do Estado para a devida inscrição na dívida ativa e demais procedimentos legais de cobrança.**
- c) Em caso de interposição de apelação, intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar contrarrazões. **Prazo de 15 (quinze) dias úteis.**
- d) Caso não sejam ofertadas as contrarrazões, certifique-se.
- e) Após a certidão ou juntada de resposta do apelado, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco.
- f) Cumprida a obrigação de pagar e recolhidas as custas processuais, nada mais pendente, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se definitivamente os autos.

Intimem-se as partes desta sentença, via sistema.

Recife/PE, 18 de setembro de 2019.



# **Dilza Christine Lundgren de Barros**

**Juíza de Direito**

Assinatura do Juiz(a) 131099011586 Dilza Christine Lundgren de Barros 190910912662990790000050211586





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 8ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 51010990, conforme segue transcrito abaixo:

" Vistos, etc. Deus seja Louvado! **EMENTA:** Ação De Cobrança. Seguro Obrigatório DPVAT. Sinistro Ocorrido Na Vigência Da Lei Nº 11.945/2009. Benefícios da Gratuidade da Justiça. Deferimento. Citação Efetivada. Perícia Determinada. Debilidade Permanente. Parcial Incompleta. Punho Esquerdo. 75% Intensa. Comprovação do Grau de Invalidez. Sem Preliminares. Pedido Administrativo. Cancelado por Inatividade. Indenização Devida. Procedência dos Pedidos. Extinção do Processo Com Resolução Do Mérito. Artigo 487, Inciso I, Do CPC. 1. **RELATÓRIO** Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro DPVAT, devidamente instruída com Procuração, Boletim de Ocorrência, Prontuário Médico, Pedido Administrativo, Certidão do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (relatando acidente ocorrido em 31/05/2018) e outros documentos. A parte autora alega, em resumo, que: a) foi vítima de acidente de trânsito, em 31 de maio de 2018, conforme Boletim de Ocorrência Id 40272513 e Certidão do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco Id 40271914; b) em decorrência do atropelamento sofreu debilidade permanente pela fratura do escáfóide esquerdo; c) requer a indenização de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), além das verbas sucumbenciais. Deferimento dos benefícios da Gratuidade da Justiça (Id 40290231) e nomeação do perito do Juízo PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM 16.868. Intimação Id 40411952. Carta com AR (Id 41530495). Citação Id 41775524. Contestação Id 41401029 acompanhada de documentos. A seguradora demandada aduz no mérito, dentre outras coisas, ausência de laudo do IML, necessidade de quantificação da invalidez, observância da súmula 474, do STJ. Laudo pericial Id 42430114 (PUNHO ESQUERDO, 75% INTENSA, PARCIALMENTE INCOMPLETA). Esclarecimentos do perito Id 49368097. Réplica Id 43524305. Depósito dos honorários periciais, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), conforme Id 46774892. Alvará devidamente expedido (Id 50350518). Manifestação da parte autora sobre o laudo do perito (Id 50589911) e da parte Ré (Id 50969448). Os autos vieram conclusos. É O RELATÓRIO. DECIDO. 2. FUNDAMENTOS 2.1. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Tem-se, in casu, a hipótese prevista no art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, que impõe: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; À guisa de preliminares, passo à análise do mérito. 2.2. DO MÉRITO Não há necessidade de produção de outras provas, uma vez que a seguradora não apresentou documentos indispensáveis à propositura da ação, entendendo que não merece guarida dita alegação do Réu. Isto porque, não se faz necessária a instrução da inicial com perícia do IML, nem mesmo a apresentação de perícia, vez que poderá ser realizada durante o trâmite processual, como se observa no presente caso (Laudo Id 42430114). 2.2.2. Perícia Médica O Laudo Pericial Id 42430114 foi elaborado por expert, nomeado por este Juízo, o qual possui legitimidade e competência, por se tratar

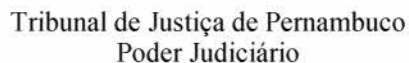




RECIFE, 24 de setembro de 2019.

Accession numbers: AF139657-401368, U138003-138034, AF154367-154374, U138035-138038, AF154375-154382, U138039-138042, AF154383-154390, U138043-138046, AF154391-154398, U138047-138050, AF154399-154406, U138051-138054, AF154407-154414, U138055-138058, AF154415-154422, U138059-138062, AF154423-154430, U138063-138066, AF154431-154438, U138067-138070, AF154439-154446, U138071-138074, AF154447-154454, U138075-138078, AF154455-154462, U138079-138082, AF154463-154470, U138083-138086, AF154471-154478, U138087-138090, AF154479-154486, U138091-138094, AF154487-154494, U138095-138098, AF154495-154502, U138099-138102, AF154503-154510, U138103-138106, AF154511-154518, U138107-138110, AF154519-154526, U138111-138114, AF154527-154534, U138115-138118, AF154535-154542, U138119-138122, AF154543-154550, U138123-138126, AF154551-154558, U138127-138130, AF154559-154566, U138131-138134, AF154567-154574, U138135-138138, AF154575-154582, U138139-138142, AF154583-154590, U138143-138146, AF154591-154598, U138147-138150, AF154599-154606, U138151-138154, AF154607-154614, U138155-138158, AF154615-154622, U138159-138162, AF154623-154630, U138163-138166, AF154631-154638, U138167-138170, AF154639-154646, U138171-138174, AF154647-154654, U138175-138178, AF154655-154662, U138179-138182, AF154663-154670, U138183-138186, AF154671-154678, U138187-138190, AF154679-154686, U138191-138194, AF154687-154694, U138195-138198, AF154695-154702, U138199-138202, AF154703-154710, U138203-138206, AF154711-154718, U138207-138210, AF154719-154726, U138211-138214, AF154727-154734, U138215-138218, AF154735-154742, U138219-138222, AF154743-154750, U138223-138226, AF154751-154758, U138227-138230, AF154759-154766, U138231-138234, AF154767-154774, U138235-138238, AF154775-154782, U138239-138242, AF154783-154790, U138243-138246, AF154791-154798, U138247-138250, AF154799-154806, U138251-138254, AF154807-154814, U138255-138258, AF154815-154822, U138259-138262, AF154823-154830, U138263-138266, AF154831-154838, U138267-138270, AF154839-154846, U138271-138274, AF154847-154854, U138275-138278, AF154855-154862, U138279-138282, AF154863-154870, U138283-138286, AF154871-154878, U138287-138290, AF154879-154886, U138291-138294, AF154887-154894, U138295-138298, AF154895-154902, U138299-138302, AF154903-154910, U138303-138306, AF154911-154918, U138307-138310, AF154919-154926, U138311-138314, AF154927-154934, U138315-138318, AF154935-154942, U138319-138322, AF154943-154950, U138323-138326, AF154951-154958, U138327-138330, AF154959-154966, U138331-138334, AF154967-154974, U138335-138338, AF154975-154982, U138339-138342, AF154983-154990, U138343-138346, AF154991-154998, U138347-138350, AF154999-155006, U138351-138354, AF155007-155014, U138355-138358, AF155015-155022, U138359-138362, AF155023-155030, U138363-138366, AF155031-155038, U138367-138370, AF155039-155046, U138371-138374, AF155047-155054, U138375-138378, AF155055-155062, U138379-138382, AF155063-155070, U138383-138386, AF155071-155078, U138387-138390, AF155079-155086, U138391-138394, AF155087-155094, U138395-138398, AF155095-155102, U138399-138402, AF155103-155110, U138403-138406, AF155111-155118, U138407-138410, AF155119-155126, U138411-138414, AF155127-155134, U138415-138418, AF155135-155142, U138419-138422, AF155143-155150, U138423-138426, AF155151-155158, U138427-138430, AF155159-155166, U138431-138434, AF155167-155174, U138435-138438, AF155175-155182, U138439-138442, AF155183-155190, U138443-138446, AF155191-155198, U138447-138450, AF155199-155206, U138451-138454, AF155207-155214, U138455-138458, AF155215-155222, U138459-138462, AF155223-155230, U138463-138466, AF155231-155238, U138467-138470, AF155239-155246, U138471-138474, AF155247-155254, U138475-138478, AF155255-155262, U138479-138482, AF155263-155270, U138483-138486, AF155271-155278, U138487-138490, AF155279-155286, U138491-138494, AF155287-155294, U138495-138498, AF155295-155302, U138499-138502, AF155303-155310, U138503-138506, AF155311-155318, U138507-138510, AF155319-155326, U138511-138514, AF155327-155334, U138515-138518, AF155335-155342, U138519-138522, AF155343-155350, U138523-138526, AF155351-155358, U138527-138530, AF155359-155366, U138531-138534, AF155367-155374, U138535-138538, AF155375-155382, U138539-138542, AF155383-155390, U138543-138546, AF155391-155398, U138547-138550, AF155399-155406, U138551-138554, AF155407-155414, U138555-138558, AF155415-155422, U138559-138562, AF155423-155430, U138563-138566, AF155431-155438, U138567-138570, AF155439-155446, U138571-138574, AF155447-15





AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 8ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 51010990 , conforme segue transcrito abaixo:

*"[...] b) Com o trânsito em julgado da sentença, intime-se a parte devedora (réu) para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetue o pagamento das custas finais, sob pena de o valor do débito ser remetido à Procuradoria Geral do Estado para a devida inscrição na dívida ativa e demais procedimentos legais de cobrança. c) Em caso de interposição de apelação, intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar contrarrazões. Prazo de 15 (quinze) dias úteis. d) Caso não sejam ofertadas as contrarrazões, certifique-se. e) Após a certidão ou juntada de resposta do apelado, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco. f) Cumprida a obrigação de pagar e recolhidas as custas processuais, nada mais pendente, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se definitivamente os autos. Intimem-se as partes desta sentença, via sistema. Recife/PE, 18 de setembro de 2019. Dilza Christine Lundgren de Barros Juíza de Direito"*

RECIFE, 30 de outubro de 2019.

**ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura eletrônica: 131607013460354380652064226 Ana Elisabete Procópio de Almeida Castro 2130039200000062804226



Nepesin et al. BMC Public Health (2019) 19:1678 | https://doi.org/10.1186/s12889-019-7558-5







**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo:** 00038324320198172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JAILSON DE ARRUDA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

**Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.**

Ademais, nos termos do Provimento 68/2018 do CNJ, desde logo a requerida expressa que não se opõe ao levantamento dos valores depositados, suficientes para a satisfação total do crédito devido por força da condenação havida nos presentes autos.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO** 25393-D/PE, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

RECIFE, 30 de outubro de 2019.

**João Barbosa**  
OAB/PE 4246


**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE

Assinada eletronicamente por JAILSON DE ARRUDA, em 30/10/2019, às 14:49:27, com certificado digital nº 10000052383060



## RECIBO DO SACADO

		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 11548.339172 1 80660000317841
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271700911910090	Nosso Número 14000000115483391-0	Vencimento 07/11/2019	Valor do Documento 3.178,41
<b>Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):</b>  <p>TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO</p> <p>COMARCA: RECIFE</p> <p>VARA:08A VARA CIVEL</p> <p>PROCESSO: 00038324320198172001 N° GUIA: 1</p> <p>JURISDICIONADOS: JAILSON DE ARRUDA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU</p> <p>CONTA: 2717 040 01761741-6</p> <p>Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID: 040271700911910090</p> <p>OBS:</p>			(-) Desconto  (-) Outras Deduções/Abatimentos  (+) Mora/Multa/Juros  (+) Outros Acréscimos  (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU			CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04  UF:                      CEP:
Sacador/Avalista:			CPF/CNPJ:
<p>SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)</p> <p>Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492</p> <p>Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)</p>			

		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 11548.339172 1 80660000317841	
Local de pagamento <b>PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA</b>				Vencimento 07/11/2019
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 09/10/2019	Nº do documento 040271700911910090	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 09/10/2019
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Valor 14000000115483391-0
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):				(=) Valor do Documento 3.178,41
TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:08A VARA CIVEL PROCESSO: 00038324320198172001 N° GUIA: 1  JURISDICIONADOS: JAILSON DE ARRUDA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU  CONTA: 2717 040 01761741-6  Para enviar TED JUDICIAL,, utilizar o ID:  OBS:				(-) Desconto
				(-) Outras Deduções/Abatimentos
				(+) Mora/Multa/Juros
				(+) Outros Acréscimos
				(=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
Sacador/Avalista:				UF: CEP:
				CPF/CNPJ:

Assessoria e Serviços de Planejamento em Gestão - ASPL/DF, 15/04/2018, 15:54, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Diária Especial 22xNº 0313349218588, nº 052383061, Compensação







## Guia - Ficha de Compensação

N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
		24/10/2019	0	0
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO		
24/10/2019	2567687	00038324320198172001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	3178,41	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
JAILSON DE ARRUDA		FÍSICA	62144901449	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
730C3925D782300A				
CÓDIGO DE BARRAS				
10498.39291 94000.100043 11548.339172 1 80660000317841				

Resposta da Justiça em 14/10/2019. Nº do processo 00038324320198172001. Valor do depósito R\$ 3178,41. CPF do autor 62144901449. CPF do réu 09248608000104. Código de barras 10498.39291 94000.100043 11548.339172 1 80660000317841.





## JUNTADA DE CUSTAS FINAIS

Nápis na elektronické adrese: [Předseda@Předseda.NISR.cz](mailto:Předseda@Předseda.NISR.cz), Dle přílohy NISR-1818/28/2019-00028053207209





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00038324320198172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JAILSON DE ARRUDA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, 25393-D/PE, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.


RECIFE, 14 de novembro de 2019.

**João Barbosa**  
OAB/PE 4246


**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE

Assinada eletronicamente em 14/11/2019 às 15:03:55 pelo advogado João Barbosa Pessoa de Melo, OAB/PE 4246, em nome do advogado Rafaela Barbosa Pessoa de Melo, OAB/PE 25393-D/PE, no processo nº 00038324320198172001, sob o protocolo nº 18113728/2019.




	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</b>		<b>01 - BANCOS CREDENCIADOS</b> <b>BANCO DO BRASIL</b>	<b>02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA</b> 114
				<b>05 - DATA DE EMISSÃO</b> 30/10/2019 12:36
<b>03 - NÚMERO DA GUIA</b> 472809	<b>04 - CONTRIBUINTE</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT - CNPJ: 09.248.608/0001-04		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> 31/12/2019	
<b>06 - NATUREZA DA AÇÃO</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL			<b>07 - Nº DO PROCESSO</b> 0003832-43.2019.8.17.2001	<b>08 - VALOR DECLARADO</b> R\$ 13.500,00
<b>09 - CÓD. DO ATO</b> 9	<b>10 - QUANT.</b> 1	<b>11 - OBSERVAÇÃO</b> Em todos os processos cíveis		<b>12 - VALOR COBRADO</b> R\$ 262,13
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 135,00
<b>13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR</b> Processo Judicial Eletrônico - Recife				<b>14 - VALOR TOTAL</b> R\$ 397,13

85610000003 8 97130487201 5 91231000047 2 28090000000 9

	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</b>		<b>01 - BANCOS CREDENCIADOS</b> <b>BANCO DO BRASIL</b>	<b>02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA</b> 114
				<b>05 - DATA DE EMISSÃO</b> 30/10/2019 12:36
<b>03 - NÚMERO DA GUIA</b> 472809	<b>04 - CONTRIBUINTE</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT - CNPJ: 09.248.608/0001-04		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> 31/12/2019	
<b>06 - NATUREZA DA AÇÃO</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL			<b>07 - Nº DO PROCESSO</b> 0003832-43.2019.8.17.2001	<b>08 - VALOR DECLARADO</b> R\$ 13.500,00
<b>09 - CÓD. DO ATO</b> 9	<b>10 - QUANT.</b> 1	<b>11 - OBSERVAÇÃO</b> Em todos os processos cíveis		<b>12 - VALOR COBRADO</b> R\$ 262,13
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 135,00
<b>13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR</b> Processo Judicial Eletrônico - Recife				<b>14 - VALOR TOTAL</b> R\$ 397,13

85610000003 8 97130487201 5 91231000047 2 28090000000 9

	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</b>		<b>01 - BANCOS CREDENCIADOS</b> <b>BANCO DO BRASIL</b>	<b>02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA</b> 114
				<b>05 - DATA DE EMISSÃO</b> 30/10/2019 12:36
<b>03 - NÚMERO DA GUIA</b> 472809	<b>04 - CONTRIBUINTE</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT - CNPJ: 09.248.608/0001-04		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> 31/12/2019	
<b>06 - NATUREZA DA AÇÃO</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL			<b>07 - Nº DO PROCESSO</b> 0003832-43.2019.8.17.2001	<b>08 - VALOR DECLARADO</b> R\$ 13.500,00
<b>09 - CÓD. DO ATO</b> 9	<b>10 - QUANT.</b> 1	<b>11 - OBSERVAÇÃO</b> Em todos os processos cíveis		<b>12 - VALOR COBRADO</b> R\$ 262,13
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 135,00
<b>13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR</b> Processo Judicial Eletrônico - Recife				<b>14 - VALOR TOTAL</b> R\$ 397,13

85610000003 8 97130487201 5 91231000047 2 28090000000 9



Não se pode arquivar este documento no SICAJUD. O documento não pode ser arquivado no SICAJUD. O documento não pode ser arquivado no SICAJUD.





## Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	Nº DA CONTA JUDICIAL	
	0	
DATA DA GUIA	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
06/11/2019	0	ESTADUAL
Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
2567687	00038324320198172001	
UF/COMARCA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE	RÉU	397,13
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
JAILSON DE ARRUDA	FÍSICA	62144901449
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA		
5D0ADD18FF5A7FE39		
CÓDIGO DE BARRAS		
8561000003 8 97130487201 5 91231000047 2 280900000000 9		





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO**

Certifico para os devidos fins de direito que, nesta data, arqueei definitivamente os presentes autos. O  
certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 6 de dezembro de 2019.

**ADRIANA MINDELO CAVALCANTI DE QUEIROZ GALVAO**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura eletrônica do Juiz de Direito: ADRIANA MINDELO CAVALCANTI DE QUEIROZ GALVAO, inscrita no CNJ nº 156600200942584021





**Juiz(a) de Direito**  
**(assinado eletronicamente)**

Assessor de Informação 131907 Pr DUESS CARSTINE LADRESEN NIEZ BARROS 1910/12/26 0284850028 0054294300





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ**

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo a parte autora para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 55185264, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 13 de dezembro de 2019.

BARTYRA QUEIROZ DE SOUZA VASCONCELOS  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura eletrônica de Bartyra Queiroz de Souza Vasconcelos, Diretoria Cível do 1º Grau, Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001, em 13/12/2019, às 14:57:42.







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 8ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0003832-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: JAILSON DE ARRUDA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO**

Certifico para os devidos fins de direito que, nesta data, arqueei definitivamente os presentes autos. O  
certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 13 de dezembro de 2019.

**BARTYRA QUEIROZ DE SOUZA VASCONCELOS**  
Diretoria Cível do 1º Grau

Assinatura eletrônica de BARTYRA QUEIROZ DE SOUZA VASCONCELOS em 13/12/2019 às 14:57:44

